

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO SOBRE AS
CONSEQUÊNCIAS E RESPONSABILIDADES POLÍTICAS DO
FURTO DO MATERIAL MILITAR OCORRIDO EM TANCOS**

[Inquérito Parlamentar n.º 7/XIII/4.ª (CDS-PP)]

Reunião n.º 8

(Sem revisão final)

17 de janeiro de 2019

(17 h 09 m – 19 h 45 m)

Ordem do dia:

Audição do Coronel de Infantaria Hilário Dionísio Peixeiro

Presidente da Comissão: Filipe Neto Brandão

Deputados:

Berta Cabral (PSD)

Maria da Luz Rosinha (PS)

João Vasconcelos (BE)

Telmo Correia (CDS-PP)

Jorge Machado (PCP)

O Sr. **Presidente** (Filipe Neto Brandão): — Sr.^{as} Deputadas e Srs. Deputados, vamos dar início à reunião desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Eram 17 horas e 9 minutos.

Connosco, hoje, temos Sr. Coronel de Infantaria Hilário Dionísio Peixeiro, cuja audição foi requerida pelos Grupos Parlamentares do PSD, do PS, do Bloco de Esquerda e do CDS-PP.

Nesses termos, a audição iniciar-se-á com as questões colocadas pelo Grupo Parlamentar do PSD, na pessoa da Sr.^a Deputada Berta Cabral.

Antes de lhe dar a palavra, para esse efeito, gostaria apenas de agradecer a presença do Sr. Coronel.

O Sr. Coronel terá a amabilidade de ir respondendo às perguntas da Sr.^a Deputada e, em princípio, voltarei a intervir apenas para sinalizar ter decorrido o tempo reservado ao Grupo Parlamentar do PSD.

Tem a palavra, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Sr. Presidente, começo por cumprimentar o Sr. Coronel Dionísio Peixeiro, agradecendo a sua presença nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, que é para nós muito importante, tendo sido precisamente o PSD um dos partidos que requereu a sua audição.

Gostaria de começar por deixar duas ou três notas de enquadramento. A primeira é para dizer que esta Comissão Parlamentar de Inquérito não pretende apurar qualquer tipo de responsabilidades criminais ou disciplinares. A nossa preocupação é apenas a de apurar responsabilidades política relacionadas com o incidente de Tancos.

Gostaria também de dizer que ao apurar estas responsabilidades políticas e falhas sistémicas, queremos saber o que é que não foi tido em

conta pelas estruturas, pelos vários escalões de responsabilidade e, em particular, pelo poder político. É esse o nosso mandato, é essa a nossa missão.

Não podemos ignorar que as Forças Armadas foram de alguma forma atingidas no seu prestígio por este incidente. Custa-nos reconhecer isso, mas penso que isso é público e, ainda ontem, o Sr. Vasco Pereira, que o antecedeu e aqui esteve connosco nesta Comissão, dizia exatamente que era com grande embaraço que via toda esta situação do incidente, da Comissão Parlamentar de Inquérito e de tudo aquilo que poderia resultar, e já está a resultar, deste processo.

Gostaria pois de dizer que faremos todos os possíveis para que esta Comissão seja célere, precisamente para que resulte o menor dano possível ou até, se possível, para reparar, de alguma forma, o prestígio das Forças Armadas e do Exército, em particular, que possa ter sido abalado.

Sabemos que, também a nível internacional, houve alguma preocupação relativamente a este incidente, o que pode ter ferido, de certa forma, a imagem das nossas Forças Armadas. Felizmente — ainda que por razões, menos positivas —, os nossos militares estiveram muitíssimo bem no combate, há oito dias, na República Centro-Africana, e penso que isso contribuiu muito para reposicionar o prestígio internacional das nossas Forças Armadas. Por tudo, mas também por isso. Nesse sentido, também deixava aqui — já ontem se deixou —, em meu nome pessoal e em nome do PSD, uma palavra de muito apreço pela forma como os nossos militares estiveram em combate na República Centro-Africana.

Passando às perguntas, Sr. Coronel, começo por perguntar-lhe se confirma que está a comandar o Regimento de Paraquedistas desde novembro de 2016 até agora.

O Sr. Cor. Inf. **Hilário Dionísio Peixeiro** (Comandante das Tropas Paraquedistas e do Regimento de Paraquedistas de 2 de novembro de 2016 a 1 de julho de 2017 e desde 18 de julho de 2017 até à data) — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada, começo por um cumprimento muito rápido aos Srs. Deputados.

É uma honra e não sei se vai acontecer alguma vez poder estar na presença de pessoas tão ilustres e que são representantes da nação. Muito obrigado por esta oportunidade, principalmente por me deixarem fazer parte desta Comissão e ajudar a esclarecer as situações todas, dentro daquilo que eu saiba.

Sou o Coronel de Infantaria Hilário Peixeiro, estou a comandar o Regimento de Paraquedistas desde novembro de 2016 e, à data dos acontecimentos, não tinha ninguém destacado para a segurança dos paióis. Tínhamo-lo feito num período anterior, de 15 de abril a 15 de maio. Nessa altura, o serviço foi feito com normalidade, mas aproveitando os poucos recursos que tínhamos — os recursos humanos e recursos materiais —, para fazer face à missão. A missão foi cumprida e naqueles relatórios que fizemos fomos relatando tudo o que encontrávamos e o que víamos: nada de intrusões, mas as deficiências foram sendo relatadas.

Tenho antiguidade de promoção de 2 de julho e estou no comando do Regimento desde a data de 2 de novembro, com uma pequena interrupção de 17 dias, com a exoneração e, depois, a renomeação no cargo de comandante. Neste momento, o que estou a fazer é comandar o Regimento.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Sr. Coronel, poderia dar-nos uma nota mais desenvolvida daquele que é o seu percurso militar? Julgo que seria importante fazermos esse enquadramento nesta Comissão.

O Sr. Cor. Inf. **Hilário Dionísio Peixeiro**: — Sou oficial de infantaria, fui formado na Academia, entrei em 1984 e terminei o curso em 1989. Fiz os primeiros três anos na arma de infantaria, em Unidades do Exército, e, em 1994, ingressei nos paraquedistas, aquando da extinção do Corpo de Tropas Paraquedistas e da sua passagem para o Exército. Nessa altura, aproveitei a essa oportunidade e ingressei nas tropas paraquedistas.

Tenho feito a carreira nos batalhões de paraquedistas, nomeadamente no 1.º, depois fiz uma missão na Bósnia, no 3.º Batalhão de Infantaria Paraquedista, atualmente extinto. Estive em Timor com o 2.º Batalhão. Tenho os cursos normais que permitem aceder a este posto — Curso de Promoção a Capitão, a Oficial Superior —, tenho o Curso de Estado-Maior feito no Instituto de Altos Estudos Militares, fiz um período de docência no Instituto e, depois, estive destacado três anos no quartel general da NATO (North Atlantic Treaty Organization), em Milão, após o que regressei.

Os últimos 11 anos, tenho-os passado no comando da Brigada de Reação Rápida, oficial de Operações, funções de Estado-Maior, Chefe de Estado-Maior, fiz uma passagem no comando do 1.º Batalhão de Paraquedistas, em 2012, batalhão sediado no RI15, o Regimento de Infantaria 15 — fui também lá 2.º Comandante — e, depois de ser Chefe de Estado-Maior da Brigada, assumi as funções de comandante do Regimento de Paraquedistas. Penso que, muito rapidamente, é este o meu percurso.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Sr. Coronel, exatamente por sabermos que tem de ser uma pessoa com uma vasta experiência na instituição militar e no Exército, gostaria de perguntar-lhe como é que, com essa experiência, e na sua perspetiva, explica que tenha havido este incidente em Tancos, esta falta de segurança, como diz o Exército?

O Sr. Cor. Inf. **Hilário Dionísio Peixeiro**: — Os factos são conhecidos: houve uma intrusão, houve uma oportunidade que alguém soube aproveitar e é a única maneira que eu consigo explicar. Foi aproveitar uma oportunidade, havia a intenção e cumpriram o objetivo deles. Não tenho maneira mais objetiva de explicar isto.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — O que é que entende por «houve uma oportunidade»?

O Sr. Cor. Inf. **Hilário Dionísio Peixeiro**: — Entendo como saber que se pode fazer determinada ação, num determinado momento, para conseguir o objetivo que a pessoa pretende.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Significa isso, na sua opinião, que pode ter havido, para que o conhecimento dessa oportunidade existisse, alguma interferência, também, de pessoas do Exército?

O Sr. Cor. Inf. **Hilário Dionísio Peixeiro**: — Sr.^a Deputada, este fórum merece a exatidão e a consolidação das respostas. Não tenho dados que possam afirmar nem que sim, nem que não, em relação a isso.

Obviamente, o ato aconteceu numa instalação militar, mas não aconteceu num quartel militar. Gostaria de aproveitar esta oportunidade também para clarificar um pouco que, no complexo que, normalmente, se chama área militar de Tancos ou polígono militar de Tancos, existem três quartéis militares e existe uma instalação que são os paióis que, como penso que viram na semana passada, estão apartados. Mas o facto é que aconteceu numa instalação militar. Não podemos denegar isso, obviamente.

Como foi feito e com que apoios, sinceramente não tenho capacidade para responder a essa pergunta.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — No seu relatório de posse de comando, que elaborou, certamente, quando tomou posse do comando do Regimento de Paraquedistas, fez alguma referência à situação dos Paióis Nacionais de Tancos ou isso, para si, não era uma prioridade ou motivo de preocupação?

O Sr. Cor. Inf. **Hilário Dionísio Peixeiro**: — Como comandante do Regimento de Paraquedistas, comando apenas as instalações e o pessoal que está a trabalhar no Regimento de Paraquedistas. O relatório de posse de comando dá conta daquilo que vou encontrando, e que encontrei, quando assumi posse daquelas instalações e daquele pessoal. Os Paióis Nacionais de Tancos não estão debaixo do meu comando, nunca estiveram. Por isso, não vi — e continuo a não ver — sentido em incluir apreciações sobre instalações que não estão debaixo do meu comando.

Tenho, sim, responsabilidade em relação aos dois paióis que estão dentro do Regimento, em relação às arrecadações e ao estado do pessoal. Do que faço menção no relatório, sim, é da tendência decrescente de pessoal que vou tendo e, que passados dois anos, se confirma: tenho ainda menos gente a trabalhar. Tenho menos militares a trabalhar no Regimento do que tinha há dois anos.

Em relação ao estado ou como estavam os paióis, não é no relatório de posse de comando que entendo que isso se deve fazer.

Obviamente, existem os outros relatórios, no fim do serviço, e que, aí, sim, quando era determinado mandar, enviar, destacar pessoal para a segurança, no regresso, eles faziam um relatório circunstanciado sobre o que é que viveram, como é que desenrolaram o serviço e as deficiências que foram encontrando.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Quando diz «no regresso», quer dizer no final de um mês? Portanto, no final do ciclo que estava sob a vossa responsabilidade?

O Sr. Cor. Inf. **Hilário Dionísio Peixeiro**: — Sim, sim. Exatamente.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — E qual foi a avaliação que fizeram do estado das instalações em termos de segurança, nesse relatório do primeiro mês em que tiveram a responsabilidade de assegurar a segurança dos Paióis Nacionais de Tancos?

O Sr. Cor. Inf. **Hilário Dionísio Peixeiro**: — Os Paióis Nacionais de Tancos tinham, à partida, para além das instalações a serem protegidas, alguns equipamentos complementares para ajudar à tarefa dos militares: videovigilância, alarmes de intrusão, etc. Isso estava tudo avariado, fora de serviço e isso foi sendo sempre relatado.

Depois, em relação às instalações onde o meu pessoal tinha de passar o dia, tinham muitas avarias, muitas deficiências que causavam muito incómodo, mas sempre...

Nós fazíamos o possível para, dentro das nossas possibilidades, da Unidade, uma vez que até estamos próximos, tentar colmatar qualquer avaria ou desentupir um cano. Mas também sabíamos — e não permitia que os militares fizessem mais de 24 horas, de uma vez só, até por uma questão de higiene — que esta era uma instalação difícil de proteger.

As missões foram sempre cumpridas, com mais empenhamento do pessoal, mais esforço, mas foram sempre cumpridas.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Em relação aos meios auxiliares de segurança, eles já tinham sido dados como inoperacionais há anos e já tinha

sido decidido, em 2016, pelo Chefe de Estado-Maior, que o processo integrasse o SICAVE (Sistema Integrado de Controlo de Acessos e Vigilância Eletrónica).

Portanto, quando o Sr. Coronel chega ao Regimento, já havia essa decisão do General CEME (Chefe do Estado-Maior do Exército).

Desenvolveu pressões para que o SICAVE tivesse outra prioridade relativamente aos Paíóis Nacionais de Tancos? Para que fosse considerada a primeira prioridade, tendo em atenção que todo o sistema anterior estava, de facto, inoperacional?

O Sr. Cor. Inf. **Hilário Dionísio Peixeiro**: — A pressão foi feita pela apresentação de relatórios e ilustrando evidências, mostrar «isto tem de ser corrigido».

Mas tinha a sensação de que precisava de ter o SICAVE instalado, dentro da minha Unidade e também tinha a sensação de que a grande maioria das Unidades do Exército precisavam de ter o SICAVE. Portanto, dessa maneira fazíamos perceber ao Exército que isso era necessário e que se tinha de andar para frente com isso. Foi dessa maneira.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Pois, a questão é mesmo para ir um pouco ao encontro daquilo que está a dizer.

Quem é que decidia as prioridades? Cada um, nas suas instalações, considerava que elas eram prioritárias, mas a verdade é que, dada a sensibilidade deste tipo de instalações e do material que estava ali depositado, não deveria haver um consenso no sentido de dar efetivamente uma grande prioridade à implementação do SICAVE nessas instalações que tinham depósito de armamento, de munições e de explosivos? Não deveria ser prioritário?

Outra pergunta: quem decidia onde se implementava o SICAVE? Quem decidia, ouvia os responsáveis diretos pela segurança dos Paióis Nacionais de Tancos e dos outros paióis naturalmente?

O Sr. Cor. Inf. **Hilário Dionísio Peixeiro**: — O comandante do Exército, o General Chefe do Estado-Maior do Exército, é quem decide. E sei, porque já vi várias vezes, que ele é aconselhado por generais do Comando Superior do Exército responsáveis por várias áreas, como a área do Pessoal e a da Logística, onde se enquadra isto, que é a área das Forças Terrestres. Estes responsáveis apresentam as suas posições e ele ouve os conselhos. É evidente que o bem comum aconselha a que se tomem essas medidas, mas o comandante do Exército tem o Exército espalhado pelo território.

Sei que as prioridades foram assumidas, decisões foram tomadas, há obras que foram começadas e acredito que o critério tenha sido o mais justo e no sentido de priorizar para aquilo que é realmente primeiro e tem de acontecer.

Se me perguntassem se eu podia ficar em segundo lugar em relação aos Paióis Nacionais de Tancos, diria que sim, a bem do serviço, porque sabia que mais tarde ou mais cedo podia lá ter esse material.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Portanto, podemos concluir que a decisão da priorização da instalação dos sistemas de videovigilância da plataforma SICAVE pertence ao Chefe do Estado-Maior do Exército e também podemos concluir que ele ouve os seus colaboradores e que quem a fazia tinha a responsabilidade da segurança, que dava prioridade máxima a essa situação.

Coloco-lhe agora questões mais operacionais relativas à vigilância. Temos estado a ouvir várias pessoas, pelo que é sempre preciso confrontar estas questões.

Como é que era garantida a segurança das instalações? Que meios eram utilizados? Considerava-os suficientes? Houve alterações introduzidas pelas normas de segurança revistas após o incidente? Sobre o que é que incidiram essas normas? Houve alterações ao manuseamento das armas e das munições das próprias armas?

Temos conhecimento de que houve alterações a esse nível através dos relatórios que nos foram dados, mas gostava que confirmasse e que desse mais alguns detalhes sobre isso.

O Sr. Cor. Inf. **Hilário Dionísio Peixeiro**: — O serviço de segurança aos paióis era feito por aquele efetivo de que já se falou várias vezes, os oito militares, comandados por um sargento. Desenvolviam a sua ação fazendo rondas não ritmadas, rondas programadas em segredo entre o sargento e os seus militares para não expor rotinas e incidiam sobre os próprios edifícios a que chamamos paióis, para verificar as portas, para verificar se o selo estava intacto e para verificar as condições das vedações. Digamos que era reconhecimento visual.

Estas rondas nunca se faziam com menos de dois militares e, eventualmente, havia um terceiro militar para acompanhar. Os militares vão armados e com normas bem explícitas do que fazer e quando fazer.

Não sei muito bem como faziam os outros comandantes, mas o meu pessoal — e como não havia nas instalações meios de comunicação sem fio, rádios ou telefones —, quando ia do Regimento da Unidade para os paióis, levava os nossos meios para complementar a capacidade de comando e controlo e de comunicações rápidas, quer com o comandante ou o sargento,

quer com a própria Unidade, caso não conseguissem com os primeiros. Em termos de linha de vista, conseguiam falar e levavam esses meios.

Sempre que estivesse disponível na Unidade, tinham uma viatura para poderem ser mais céleres nas rondas, a qual também estava disponível para as rondas seguintes.

Após estes acontecimentos, recebemos indicações — no meu caso, foi mais por documentação, porque precisamente nesse momento estive afastado do comando, mas estava a acompanhar — para duplicar o efetivo e garantir que as armas tinham munições disponíveis, não seladas. Recebemos ainda instruções específicas sobre o modo de as usar e quando, para não estarmos a incorrer em erros graves e complicados.

Todos os outros meios auxiliares para o comando e controlo, principalmente rádios, eram distribuídos à Força, que se deslocava, e, depois, no fim do turno, trocavam os equipamentos uns com os outros. O armamento regressava à Unidade com o militar e o outro levava o outro.

Sei que, naquela altura, foi intensificada a instrução, a formação e o treino com o armamento que os militares tinham. Os militares têm um programa de treino ao longo do ano, mas, por causa deste incidente, fizemos questão de fazer mais uma sessão ou duas de treino para termos a certeza de que aqueles militares que estavam naquele período e que iam ser destacados sabiam exatamente o que podiam fazer e conhecer melhor a sua arma e mais ainda dentro do próprio Regimento, uma vez que estava dentro daquela área geográfica e não sabíamos que tipo de ameaça é que podia vir ou estaria presente naquele momento.

Os nossos militares, mesmo não estando destacados para os Paióis Nacionais de Tancos, têm responsabilidades de segurança dentro da Unidade e foi-lhes intensificado este tipo de treino para lhes dar mais confiança a eles próprios.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Sr. Coronel, considera adequado o sistema de vigilância e de segurança dos Paióis Nacionais de Tancos estar repartido por quatro Unidades? Sentiu que era uma dificuldade rodar um mês por cada Unidade? A articulação era boa? Nunca houve problemas? Além do mais, havia a UAGME (Unidade de Apoio Geral de Material do Exército), que, segundo os documentos que temos, fazia o controlo do que havia dentro dos paióis. Não tinha essa incumbência, mas, ao mesmo tempo, era responsável por ela. Isto criava alguma dificuldade ao seu trabalho?

O Sr. Cor. Inf. **Hilário Dionísio Peixeiro**: — Em relação à execução da tarefa, não, porque estava muito bem definida. Sabíamos, e sabemos, perfeitamente quem é o comandante daquela força que vai para lá. É sempre o mesmo comandante, os militares vão mudando. Não tínhamos dificuldades em relação a isso.

Os meios eram escassos e não ter os meios complementares dificultava mais, mas sabíamos que era assim e cumpríamos a tarefa.

As dificuldades que sentíamos era no serviço normal da nossa Unidade, porque sabíamos que naquele período do mês tínhamos de abdicar... Se eu fizer uma escala de três ou quatro dias e só a partir dali é que começo a repetir, vamos entrar num universo, talvez, de 32 militares de que não consigo dispor para o serviço interno da Unidade. Essa era a nossa dificuldade e continua a ser.

Mas não havia dificuldade para a execução daquele serviço. Era a primeira prioridade. Se nos calha a nós, destacamos o pessoal para lá e o serviço faz-se.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Sr. Coronel, passo a outro tema que terei de abordar porque foi um dos coronéis atingidos pela exoneração do Chefe do Estado-Maior. Dois dias depois do furto, foi anunciado pelo

General CEME que exonerava — na altura, não disse que era temporariamente, depois acabou por ser — os cinco comandantes.

Foi-lhe dito que era temporariamente? O CEME disse-lhe, com lealdade, como é que as coisas se iam passar? Houve essa explicação? Essa situação foi bem aceite no meio militar? É uma situação considerada normal? Alguma vez ocorreu no Exército uma situação idêntica a essa ou ter-se-á aberto um precedente que pode não ser bom?

A última questão que lhe coloco — e isto foi noticiado na comunicação social — é a seguinte: terá havido pressão política para que fossem demitidos e para que algo fosse feito para, de alguma maneira, acalmar a opinião pública e o que foi publicado nessa altura?

O Sr. Cor. Inf. **Hilário Dionísio Peixeiro**: — A minha exoneração foi-me comunicada pelo nosso General por telefone no dia anterior a produzir efeitos, no dia em que a comunicou na televisão. O nosso General disse-me muito rapidamente — é uma pessoa telegráfica — que tinha de ser assim e pus-me à disposição, como sempre estive.

Depois, quando me recebeu, convocou-me a mim e aos outros oficiais. Pediu-me desculpa pelo impacto que, entretanto, passaram dois ou três dias... Em casa, já ninguém estava a perceber nada do assunto, ele pediu desculpa pelo impacto e disse-me: «Não tenho nada contra o que estás a fazer na Unidade, mas isto é a bem da garantia de isenção e de transparência que temos de transmitir durante o tempo em que estiverem a decorrer as averiguações». Se, por hipótese, no fim disto tudo, não se justificar o que aconteceu, ele disse-me: «Não tenho problemas nenhuns em reconduzir-te». E foi assim a conversa.

Fiquei, claro, de consciência tranquila e ficou para mim a decisão de aceitar ou não aceitar. Isso é outra coisa.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Coronel, pelas suas respostas.

Segue-se a intervenção do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Tem a palavra a Sr.^a Deputada Maria da Luz Rosinha.

A Sr.^a **Maria da Luz Rosinha** (PS): — Sr. Presidente, muito boa tarde a todas e a todos. Saúdo, em particular, o Sr. Coronel de Infantaria Hilário Dionísio Peixeiro, Comandante da Escola de Tropas Paraquedistas e do Regimento de Paraquedistas. Faço também uma nota de louvor pelo comportamento das forças paraquedistas recentemente na República Centro-Africana.

Sr. Coronel, já ouvimos, nesta Comissão, os comandantes do Regimento de Infantaria n.º 15 e concluímos hoje a audição dos comandantes do Regimento de Paraquedistas.

O Sr. Coronel exerceu funções de comando de 2 de novembro de 2016 a 1 de julho de 2018, data em que foi exonerado na sequência do assalto aos paíóis de Tancos e, posteriormente, reconduzido, a 18 de julho e mantendo-se em funções até aos dias de hoje.

A ação desta Comissão, aliás, como também já foi dito pela Sr.^a Deputada Berta Cabral, é a de tentar perceber exatamente o que sucedeu e se há responsabilidades políticas em causa.

As questões do foro criminal correm noutra sede e algumas delas já foram apuradas. Sobre isso, falaremos mais à frente.

Durante as audições ocorridas, muitas e importantes questões têm sido colocadas e, embora, às vezes, possam parecer repetidas, a verdade é que nem todas as respostas são iguais.

Ontem ainda, ficou claro que o que foi furtado foi material militar e não armas. Por outro lado, também sabemos agora que grande parte do material desaparecido já estava, direi, obsoleto. E isso faz-me colocar, desde

logo, uma pergunta: se estava obsoleto, porque é que não estava abatido? Não é um processo normal abater-se ao inventário as coisas que já não têm qualquer utilidade?

A confirmarem-se estas questões de ter desaparecido material militar que em parte já devia estar abatido, percebemos também que as informações que chegam à opinião pública estão, muitas vezes, incorretas. E, ao estarem incorretas, provocam alguma perturbação até na avaliação daquilo que efetivamente se passou e dos juízos que daí decorrem. Daí a realização destas nossas audições — tantas audições que ainda vamos ter pela frente! — e a vontade que temos de esclarecer o sucedido.

Pergunto: durante o tempo que antecedeu a data do furto, portanto, antes de 28 de junho de 2017, as questões da segurança em Tancos eram consideradas prioritárias ou não? Eram reais, havia um problema de segurança ou não?

O Sr. Cor. Inf. **Hilário Dionísio Peixeiro**: — Eram consideradas prioritárias. Havia dificuldades para que aquela força cumprisse a sua missão.

A Sr.^a **Maria da Luz Rosinha** (PS): — Assim sendo, havia a figura do relatório que, ao fim de um mês, cada Unidade produzia e que era submetido superiormente.

Tenho aqui um documento que nos foi distribuído e que dá conta de algumas — muitas — insuficiências, algumas das quais até já foram aqui ligeiramente afloradas. Diz que as portas e as fechaduras não têm os requisitos de segurança exigidos, que a rede de segurança periférica se encontra degradada em alguns pontos, que existem para-raios que não estão operacionais...

Tudo isto era comunicado superiormente, creio.

Nesse caso, pergunto, enquanto Comandante de Unidade, qual era a sua intervenção ou preocupação, para se perceber se havia resposta ou não, se havia ação ou não, no sentido de colmatar e eliminar estas insuficiências.

O Sr. Cor. Inf. **Hilário Dionísio Peixeiro**: — A minha preocupação era, primeiro, transmitir aos homens a minha confiança neles e garantir as melhores condições possíveis para que eles cumprissem a sua missão, quer dando-lhes treino, instrução no quartel, quer garantindo comunicações permanentes para o recinto dos paióis, quer também garantindo que tinham as condições mínimas para não haver intrusões e que os paióis estavam intactos.

Em termos de relatórios para o escalão superior, eram esses relatórios — os relatórios de fim de período — em que, todos os dias, cada Sargento que trocava com o outro fazia uma parte do relatório que apresentava com as incidências do dia. No fim, era feito este relatório de fim de missão.

A minha preocupação grande era garantir que aqueles homens, que tinha destacado para lá, cumpriam a missão deles.

Depois, tínhamos uma expectativa de ver quando é que o Exército com os recursos ao dispor, principalmente os recursos financeiros, conseguia ir resolvendo aquelas situações.

Foi-se começando a ver alguma coisa, pouca coisa. A mais evidente era a vedação do lado oeste, que já estava em bom andamento.

Isso dava-nos também ainda alguma esperança, alguma confiança de que a coisa se ia resolver. Também já se falava que o SICAVE ia ser implementado.

Nós, oficiais de Infantaria, comandantes de um Regimento ali ao lado, não sabíamos era quando é que a coisa iria acontecer, porque quem tinha o complexo dos paióis na sua mão e para manter à sua responsabilidade era

outro comandante. Esse estaria provavelmente muito mais preocupado porque aquelas instalações se estavam a degradar dia a dia.

Portanto, a nossa atitude era de expectativa, de confiança na cadeia de comando, mas a preocupação principal era que no nosso turno a missão fosse cumprida.

A Sr.^a **Maria da Luz Rosinha** (PS): — Estas situações de insuficiências que conduziam a alguma falta de segurança já se arrastavam há vários anos porque, em 2012, já há referências a problemas dessa natureza. Ora, o furto aconteceu em 2017, o que significa um largo período.

Nesse período, aliás, o Sr. Coronel assumiu funções em 2016, mas durante o intervalo de tempo de 2016 até 2017, em todos os seus relatórios foram presentes a preocupação que tinha, porque várias vezes teve a seu cargo a responsabilidade da segurança, tendo referido aquilo que era a sua percepção do que poderia acontecer face ao real.

O Sr. Cor. Inf. **Hilário Dionísio Peixeiro**: — É correto, é correto! No período desde que assumi o comando até ao incidente, estive duas vezes, e destaquei duas vezes, em dois períodos, pessoal para os paióis e sempre relatámos as deficiências que encontrámos. No período de quatro meses entre um e outro eram as mesmas.

A Sr.^a **Maria da Luz Rosinha** (PS): — Agravadas porque se não havia nada que melhorasse, só podia piorar. Mas aí também pergunto: tinha resposta, tinha conhecimento de alguma resposta? Diziam: «não pode ser agora porque não há meios disponíveis financeiros mas vamos tratar». Tentou perceber acima o que é que acontecia? Os diversos comandantes das unidades, quatro, portanto, entre vós, alguma vez, refletiram sobre esse problema e as consequências que dele poderia ocorrer?

O Sr. Cor. Inf. **Hilário Dionísio Peixeiro**: — O que víamos acontecer era o relatório que enviávamos ser trabalhado a nível da Brigada e enviado para o escalão superior. Isso víamos acontecer. Portanto, sabíamos que ao nível do Comando das Forças Terrestres, recebiam este ponto de situação.

Ao Comando das Forças Terrestres e à Brigada todos os meses lá chegava um relatório final de missão. Entre os meus pares para este serviço falávamos, de vez em quando. Isto porque com o comandante da Engenharia estou a ali ao lado, com o comandante da Unidade de Apoio também é do outro lado da estrada mas com o de Tomar, apesar de ser do meu curso, porque já é um pouco mais longe, encontramos-nos mais esporadicamente. Falava-se, comentava-se mas a conversa já era: «ok, aquilo continua mal, continua. Já sabes alguma coisa? Ainda não sabemos de nada».

Mas, a nossa perceção é de que os dois ou três escalões acima estavam preocupados com o assunto.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Quais são os três escalões?

O Sr. Cor. Inf. **Hilário Dionísio Peixeiro**: — Não percebi!

A Brigada de Reação Rápida, o Comando das Forças Terrestres e o Comando do Exército.

A Sr.^a **Maria da Luz Rosinha** (PS): — Era a Brigada de Reação Rápida que era a entidade coordenadora da segurança dos paióis, certo?

O Sr. Cor. Inf. **Hilário Dionísio Peixeiro**: — É verdade.

A Sr.^a **Maria da Luz Rosinha** (PS): — Exatamente! Portanto, era ela que, à partida, teria de responder às questões que eram colocadas superiormente no sentido de atuar no terreno.

O Sr. Cor. Inf. **Hilário Dionísio Peixeiro**: — Ela tinha de responder naqueles aspetos em que tivesse capacidade para responder. Diz responder para baixo, não é?

A Sr.^a **Maria da Luz Rosinha** (PS): — Sim.

O Sr. Cor. Inf. **Hilário Dionísio Peixeiro**: — Como tudo envolve orçamentos e aquisições de equipamentos caríssimos, a Brigada não tem capacidade nenhuma para tomar decisões e dizer «É agora, vamos comprar.».

Não. Tinha de passar sempre para o nível acima. Tem tudo a ver com competências para fazer aquisições, concursos, etc. isso, no fim de contas, ia parar ao Comando da Logística que é quem tem essa capacidade, essa competência dada pelo...

A Sr.^a **Maria da Luz Rosinha** (PS): — Posso considerar que durante muito tempo estiveram por lá? Posso considerar que as observações feitas nos relatórios estiveram no Comando da Logística muito tempo esquecidas, uma vez que...

O Sr. Cor. Inf. **Hilário Dionísio Peixeiro**: — Não considere assim, Sr.^a Deputada. Considere, por favor, que os relatórios foram lá chegando e foram sendo trabalhados e, como disse, alguma coisa se ia vendo. Algumas correções, principalmente aquelas menos onerosas, das condições de vida dos militares nos edifícios iam sendo resolvidas. As outras, de certeza

absoluta, estavam a ser trabalhadas dentro das capacidades orçamentais do Exército.

A Sr.^a **Maria da Luz Rosinha** (PS): — Pode definir-me umas e outras, no âmbito das necessidades? Quais eram as mais onerosas, as mais urgentes, as mais importantes, as mais necessárias?

O Sr. Cor. Inf. **Hilário Dionísio Peixeiro**: — Normalmente aquilo que não conseguimos pôr é porque não temos dinheiro.

Portanto, olhando para o exemplo do meu Regimento, um sistema de câmaras, com autorização do nosso General Chefe, custou 30 000 € Mas naquele polígono é muito mais porque envolve ligação à rede de segurança do Exército, envolve especificações técnicas muito mais complicadas e muito mais avançadas do que só ali aquele pequeno sistema que instalei no Regimento.

A Sr.^a **Maria da Luz Rosinha** (PS): — Instalou no Regimento na zona em que havia paióis que não tinham nada, não é verdade? Havia paióis que não tinham...

O Sr. Cor. Inf. **Hilário Dionísio Peixeiro**: — Nos meus ou nos Paióis Nacionais de Tancos?

A Sr.^a **Maria da Luz Rosinha** (PS): — São 18 paióis, não é verdade? Mas nem todos os paióis tinham armamento e nem todos estavam ao vosso cuidado.

O Sr. Cor. Inf. **Hilário Dionísio Peixeiro**: — No período de serviço de segurança, todo o complexo está sob alçada da força que faz aquele...

A Sr.^a **Maria da Luz Rosinha** (PS): — Da mesma?

O Sr. Cor. Inf. **Hilário Dionísio Peixeiro**: — Da mesma força. É grande, é uma extensão grande. São 40 campos de futebol, não sei se foi o que ouviu na semana passada ou qualquer coisa assim...

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — São 39.

A Sr.^a **Maria da Luz Rosinha** (PS): — São 39 ou 40, para o caso é a mesma coisa.

O Sr. Cor. Inf. **Hilário Dionísio Peixeiro**: — Aquele efetivo demora a fazer uma ronda, provavelmente, entre hora e meia a duas horas. Tal como vimos é o tempo que demora a ir de um sítio para o outro a pé.

A segurança daquele complexo é toda da responsabilidade daquela força que está ali, independentemente de o paiol, aquele edifício, ter ou não ter armamento. Os militares não sabem o que está cheio ou vazio. Eles têm é obrigação de garantir que ninguém entra, que ninguém estraga e aquilo que estiver danificado reportam para se tentar resolver.

A Sr.^a **Maria da Luz Rosinha** (PS): — Aliás, uma das coisas que nos foi sendo dita nas anteriores audições foi que, por norma, os responsáveis nunca iam aos paióis, certo?

O Sr. Comandante alguma vez visitou algum dos paióis que estavam ao seu cuidado?

O Sr. Cor. Inf. **Hilário Dionísio Peixeiro**: — Visitei os paióis já diversas vezes mas, de propósito, para ver como é que o pessoal estava a

fazer o serviço, não. Confio na instrução deles, estou suficientemente próximo.

A Sr.^a **Maria da Luz Rosinha** (PS): — Visitou em que circunstâncias?

O Sr. Cor. Inf. **Hilário Dionísio Peixeiro**: — Para ir ver ou ir com um camarada... É que é difícil, é complexo entrar nos paióis. Portanto, não é só porque me pode apetecer ir lá, já que me vedam a entrada.

A Sr.^a **Maria da Luz Rosinha** (PS): — Só não foi difícil para os ladrões. Não foi difícil foi para os ladrões!

O Sr. Cor. Inf. **Hilário Dionísio Peixeiro**: — Pois, foi a tal oportunidade, com uma intenção, e encontraram a maneira de entrar lá para dentro.

A Sr.^a **Maria da Luz Rosinha** (PS): — Como é que analisa a questão da oportunidade. Uma oportunidade porquê? O que é que correu mal? Se havia um sistema de segurança que estava devidamente, ou melhor, até já estava quase automatizado, pode ter sido por isso, porque as coisas tinham uma rotina?

Quando é que soube do furto, em que circunstâncias, o que é que tentou perceber do acontecimento?

O Sr. Cor. Inf. **Hilário Dionísio Peixeiro**: — Eu soube do furto, se não me engano, no dia seguinte ao mesmo acontecer. Tanto quanto sei, o furto deve ter sido no dia 28, tanto quanto se ouve dizer.

Soube disso no dia 29, estava no Regimento de Comandos, no dia 29 de junho, celebrado todos os anos, e a determinada altura, não foi durante a cerimónia mas foi logo a seguir, somos convocados pelo Comandante da Brigada para nos comunicar que tinha havido problemas. Nesse momento, deu-nos instruções para ligarmos às nossas Unidades para saber se o problema se tinha alastrado às outras Unidades ou se a coisa tinha sido localizada só ali.

Foi nessa altura que soube que tinha havido qualquer coisa, não nos disseram especificamente o quê porque penso que a informação também não era completa. Mas o que me disseram foi que tinha havido um problema grave nos Paióis Nacionais de Tancos e para nós, à cautela — como disse na altura não tinha pessoal destacado lá —, vermos se as nossas Unidades também teriam sido eventualmente alvo de ações destas.

A Sr.^a **Maria da Luz Rosinha** (PS): — Como é que o Sr. Coronel analisa a questão da repartição das responsabilidades ou melhor das tarefas que estavam cometidas a cada Unidade em relação à vigilância?

O Sr. Cor. Inf. **Hilário Dionísio Peixeiro**: — Em relação à vigilância, em cada período não havia repartição de tarefas, em cada período a Unidade que recebia a ordem da Brigada ia executar aquela tarefa, no fim do...

A Sr.^a **Maria da Luz Rosinha** (PS): — Iam todos em bloco?

O Sr. Cor. Inf. **Hilário Dionísio Peixeiro**: — Sim, a força de oito militares ia para lá...

A Sr.^a **Maria da Luz Rosinha** (PS): — Todos juntos, faziam todos a mesma coisa? Davam a volta ao polígono todos ao mesmo tempo?

O Sr. Cor. Inf. **Hilário Dionísio Peixeiro**: — Não, não.

A Sr.^a **Maria da Luz Rosinha** (PS): — Então?

O Sr. Cor. Inf. **Hilário Dionísio Peixeiro**: — O comandante da força destaca pessoal de maneira a que, nas 24 horas, se consiga «popular», ou seja, povoar, o perímetro, o complexo, e que outros possam descansar, garantindo que, periodicamente, sem definir um ritmo certo, há uma ronda que passa pelo perímetro da rede e outra ronda logo a seguir, ou, então, duas vezes à rede ou duas vezes aos paióis, à parte interna, para ver se está tudo como deve ser. Portanto, esta força de oito militares passava 24 horas praticamente neste ritmo, com refeições a meio. Basicamente é assim.

Não havia repartição de responsabilidades durante aquele mês, era aquela Unidade, aquela força e, portanto, cumpria-se assim.

A Sr.^a **Maria da Luz Rosinha** (PS): — Não lhe cabiam todas as responsabilidades?

O Sr. Cor. Inf. **Hilário Dionísio Peixeiro**: — Sim.

A Sr.^a **Maria da Luz Rosinha** (PS): — Só mais uma questão: na opinião do Sr. Coronel, e sabendo nós que quem geria as instalações não era quem tinha a responsabilidade da sua segurança, não lhe parece que seria mais útil ou que teria maiores resultados que fosse a mesma entidade, ou a mesma força, a fazer ambas as coisas?

O Sr. Cor. Inf. **Hilário Dionísio Peixeiro**: — Nós vivemos a realidade de hoje, sabemos como é que se faz hoje em dia e como é que se tem feito

ultimamente. Se pudéssemos andar para trás no tempo e fizéssemos um sistema como a Sr.^a Deputada está a dizer, não sei se teria tido mais êxito ou...

A gestão do material que lá está dentro, bem como as entradas e saídas, é feita por quem tem de o fazer, pelo Depósito, atualmente Unidade de Apoio Geral de Material do Exército. Isso é feito por eles, eu não aceitaria ter de fazer um trabalho desses, porque não tenho como, não tenho pessoal, não tenho pessoal qualificado para isso, não tenho acesso aos registos centrais.

A parte da segurança faz-se; agora, se fosse tudo na mesma unidade... Pois, era uma questão de experimentar e ver se havia mais sucesso ou não.

A Sr.^a **Maria da Luz Rosinha** (PS): — Sr. Coronel, foi aqui dito em audição anterior que, com este furto, não esteve em causa a segurança nacional.

Tendo em consideração o material que foi furtado, pergunto-lhe como é que o classifica, que utilização lhe pode ser dada e qual é a perigosidade do mesmo.

O Sr. Cor. Inf. **Hilário Dionísio Peixeiro**: — Sr.^a Deputada, o material é perigoso, muito perigoso. Qualquer coisa que possa explodir é perigosa.

A forma como pode ser utilizado tem a ver com as intenções das pessoas e até, talvez, com a arte da pessoa a utilizar aquilo, mas o material é perigoso e causa danos em pessoas — que é o que não queremos —, em materiais... Causa danos mesmo quando mal utilizado, porque o próprio utilizador pode sofrer com isso. Portanto, causa danos e é perigoso, muito perigoso.

Em termos de ameaça à segurança nacional, não tenho como responder a isso com exatidão e com certeza, porque não tenho os dados todos que, provavelmente, o Sistema de Informações da República Portuguesa (SIRP)

terá. Portanto, não consigo saber se aquilo é uma ameaça à segurança nacional.

A Sr.^a **Maria da Luz Rosinha** (PS): — Na sua opinião, qual foi o objetivo do roubo, tendo em consideração as características do material que existia nos paióis e do material que foi furtado?

O Sr. Cor. Inf. **Hilário Dionísio Peixeiro**: — Há também dados que me faltam para dar uma resposta como deve ser.

Se roubam material daquele, é porque ou o querem utilizar ou o querem vender, mas não lhe consigo dizer, nem com exatidão nem de maneira nenhuma, qual era realmente a intenção dos perpetradores.

A Sr.^a **Maria da Luz Rosinha** (PS): — Outra questão: considera ou não que, dentro da própria hierarquia, houve falhas em relação àquilo que aconteceu ou falhas que tenham proporcionado o que aconteceu?

O Sr. Cor. Inf. **Hilário Dionísio Peixeiro**: — Pedia que a Sr.^a Deputada especificasse um bocadinho melhor a pergunta. Se houve falhas...

A Sr.^a **Maria da Luz Rosinha** (PS): — Vou tentar explicar.

A minha pergunta era no sentido de saber se considera que houve desatenções quer nos meios que foram aplicados, quer nas observações que eram feitas nos relatórios sobre aquele assunto, ou, inclusivamente, se houve algum excesso de confiança nas próprias rondas, que tenham ocasionado o furto?

O Sr. Cor. Inf. **Hilário Dionísio Peixeiro**: — Sr.^a Deputada, houve falhas de certeza, porque, senão, não tinham conseguido fazer o ato que fizeram. Houve uma falha!

Foi sorte e aproveitaram o intervalo entre duas rondas ou foi planeado? Pois, penso que a justiça tem muito melhores meios para trazer luz sobre isso.

Em termos dos relatórios, é aquilo que eu disse há pouco. Acredito que, sim, somos todos militares de carreira, uns mais seniores, outros menos, mas passámos todos pelo mesmo crivo e pela mesma escola, que é o Exército. Não acredito que alguém tivesse olhado para a direita e tivesse dito: «Faz de conta que isto não está aqui.»

Porém, há limitações, orçamentais principalmente, que não permitem que se adquiram todos os sistemas de videovigilância, por exemplo, ao mesmo tempo, para pôr em todas as unidades no mesmo ano. Não dá!

O Sr. **Presidente**: — Agradeço à Sr.^a Deputada Maria da Luz Rosinha as questões colocadas e ao Sr. Coronel as suas respostas.

Segue-se, em nome do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, o Sr. Deputado João Vasconcelos, nos mesmos termos.

A palavra é sua, Sr. Deputado.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Coronel Hilário Peixeiro, do Regimento de Paraquedistas, queria cumprimentá-lo e agradecer, desde já, as respostas que deu às questões colocadas por outros grupos parlamentares.

O Sr. Coronel confirma que a segurança aos Paióis Nacionais de Tancos era feita por quatro unidades militares, que tinham a seu cargo, de mês a mês, oito militares?

O Sr. Cor. Inf. **Hilário Dionísio Peixeiro**: — Confirmo, Sr. Deputado.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Quem coordenava todas essas operações? Era o Comando das Forças Terrestres ou a Brigada de Reação Rápida?

O Sr. Cor. Inf. **Hilário Dionísio Peixeiro**: — Essas forças militares eram destacadas seguindo indicações da Brigada de Reação Rápida, que emitia, e emite, a diretiva para se fazer este serviço.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Já não emite, porque não há paióis.

O Sr. Cor. Inf. **Hilário Dionísio Peixeiro**: — Emite, porque ainda lá estamos para preservar as instalações e para elas não serem vandalizadas, portanto, continuamos a destacar pessoal para lá.

Sr. Deputado, era para confirmar que as quatro Unidades... Sim, e quem organizava e determinava o serviço de segurança era a Brigada de Reação Rápida.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Coronel, essa escala, por Unidade, era feita de forma aleatória ou era feita de forma ordenada, existindo exatamente os mesmos procedimentos, ao fim de quatro meses? Seguiam-se sempre as mesmas Unidades a fazer a segurança aos Paióis Nacionais de Tancos?

O Sr. Cor. Inf. **Hilário Dionísio Peixeiro**: — Quando era Chefe de Estado-Maior, até participei na elaboração deste programa, mas, por aquilo que me percebi, era para não fazer rotinas.

Tentava-se que, por exemplo, no caso do Regimento de Paraquedistas, não tivéssemos ninguém de serviço no período do dia da Unidade, 23 de maio, porque temos um envolvimento enorme e, portanto, todos os poucos militares fazem falta. Era uma tentativa. Depois, se calhar, tentava-se que a Unidade que, no ano anterior, tinha feito o Natal não o fizesse nesse ano.

Havia estes cuidados, mas havia, principalmente, o cuidado de não estabelecer um calendário que fosse previsível permanentemente. Esta diretiva é emitida no princípio do ano, ou no fim do ano anterior, e um dos anexos tem lá o calendário que é tratado de modo reservado. Mas existe lá o calendário que diz que Unidade é que dá apoio e em que período.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Coronel, relativamente às rondas, quantos militares existiam em cada uma? Eram rondas apeadas ou montadas? E qual era o tempo de duração dessas mesmas rondas?

O Sr. Cor. Inf. **Hilário Dionísio Peixeiro**: — Cada comandante de guarda, que é um sargento, ou do quadro permanente ou contratado, mas já com alguma antiguidade, desenha o programa de rondas. Normalmente é diferente do do dia anterior, porque é uma pessoa diferente a fazê-lo, com o cuidado de não expor rotinas, de não ser sempre às 9 ou às 10 horas da manhã que se faz determinada coisa.

As rondas apeadas e as rondas montadas eram também feitas de modo aleatório, com uma viatura que era lá colocada, sempre que possível, para o efeito.

Depois, havia mais um ponto sobre o qual me tinha feito uma pergunta...

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sobre o tempo de duração das rondas.

O Sr. Cor. Inf. **Hilário Dionísio Peixeiro**: — Ah!

Quanto ao tempo de duração, tínhamos a noção de que a volta pelo perímetro demoraria 45 minutos ou talvez uma hora, mas a parte interna de ir aos paióis era mais demorada, demoraria sempre hora e meia ou acima disso.

Como penso que o Sr. Deputado também viu, o trajeto, de paiol para paiol, não é uma linha reta, portanto, demorava mais tempo. Isto se fossem rondas apeadas, porque, se fossem montadas, demoravam muito menos tempo.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Havia sempre relatórios no fim de cada ronda?

O Sr. Cor. Inf. **Hilário Dionísio Peixeiro**: — Há sempre aquilo a que chamamos a parte da guarda, que é um relatório que o comandante da guarda faz. Quando acaba aquele serviço de 24 horas, o comandante colige todas as indicações que os diferentes militares foram colhendo na execução das suas rondas e, ao fim de 24 horas, apresenta aquela parte, que se chama assim, «parte da guarda».

No fim, faziam o relatório final da missão, já na secção de operações da Unidade a que pertenciam.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Quando se deu a ronda que detetou os furtos nos paióis n.^{os} 14 e 15, porventura, o Sr. Coronel sabe há quanto tempo se tinha verificado a última ronda? Tinha sido há uma hora, duas horas ou outro tempo?

O Sr. Cor. Inf. **Hilário Dionísio Peixeiro**: — Não tenho dados absolutamente nenhuns sobre isso. Não tenho dados nenhuns.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Coronel, os militares que faziam a segurança aos paióis estavam autorizados a entrar nos mesmos ou não? Quem é que estava autorizado a entrar nos Paióis Nacionais de Tancos?

O Sr. Cor. Inf. **Hilário Dionísio Peixeiro**: — O Sr. Deputado refere-se aos paióis ou às casas, aos edifícios, que têm...

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Lá dentro, mesmo.

O Sr. Cor. Inf. **Hilário Dionísio Peixeiro**: — Lá dentro?

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Exato.

O Sr. Cor. Inf. **Hilário Dionísio Peixeiro**: — Dos militares de guarda, nenhum está autorizado a entrar lá dentro. Nenhum.

Se falarmos do complexo dos Paióis Nacionais de Tancos, que é o perímetro com tudo o que lá tem, sim, os militares estão autorizados a entrar quando vão fazer a ronda e, quando não estão em ronda, estão na parte de vida corrente, digamos assim.

Portanto, se não estão destacados para a ronda, não estão autorizados a ir lá, mas, se estiverem destacados para a ronda, sim, estão. Não podem ir ao edifício, passam, veem o bom estado da porta e do selo, porque em cada porta de cada paiol existe um selo que tem de estar intacto, não pode estar violado. Se houver algum problema com algum selo, eles próprios reportam e dizem que houve esse problema.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Coronel, mas quem é que estava autorizado a entrar nos paióis? Como é que entravam lá para ir levantar o material, etc.?

Havia, naturalmente, procedimentos sobre essas funções, quando elas fossem necessárias. Quem é que lá entrava para fazer essas operações?

O Sr. Cor. Inf. **Hilário Dionísio Peixeiro**: — Está tudo regido por uma norma de execução permanente (NEP), que define como é que é feito o controlo de acessos, que requisitos é que determinada pessoa tem de ter, qual é o motivo por que a pessoa lá vai...

Quem é que lá ia? Provavelmente, delegados das Unidades que precisavam de levantar material, que eram controlados pelo nosso pessoal da segurança. Eles apresentavam-se, ou iam ter com o militar delegado do Depósito-Geral que trabalhava lá em permanência, com aquilo que pretendiam — ou entregar ou levantar munições — e, vistas as autorizações e visto que o inventário tinha aquela munição ou aquele material, esse indivíduo ou essa viatura, já perfeitamente escrutinados, eram conduzidos pelo delegado ao edifício para levantar ou entregar o material, indo depois embora, ao seu destino.

Esta parte era gerida pelo Depósito Geral de Material do Exército, ou UAGME, a Unidade de Apoio Geral de Material do Exército, com o acompanhamento do pessoal da segurança. Portanto, na entrada, ao portão, é o pessoal da segurança que controla se a pessoa tem uma credenciação, se foi autorizada a ir ali — se não tiver, tem de se ir embora —, e, depois, a parte de levantar a caixa, abrir a porta, etc., era toda com o delegado da Unidade de Apoio Geral de Material do Exército.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Coronel, a que unidades estavam afetos os paióis? O Regimento de Paraquedistas tinha algum paiol ou alguns paióis afetos ao mesmo?

O Sr. Cor. Inf. **Hilário Dionísio Peixeiro**: — Sim, Sr. Deputado. O nosso paiol era o n.º 6 e tínhamos lá material. Se não me engano, o Regimento de Engenharia também tinha três ou quatro paióis, não tenho bem a certeza e os outros pertenciam ao depósito do Exército.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Coronel, sabe se todos os espaços dos paióis, se todas as portas — penso que é este o nome que se utiliza — estavam todos ocupados com material de guerra ou havia espaços vazios, dentro dos paióis?

O Sr. Cor. Inf. **Hilário Dionísio Peixeiro**: — Não sei. Calculo que... Não sei. O meu tinha material, mas os dos outros não sei. Com portas fechadas e seladas, ninguém fica a saber se há ou não. Também ajuda um pouco à deceção, mas não sei como é que o Depósito-Geral geria o sistema de ocupações, o que lá punha e onde punha. Não tenho ideia, não tenho hipótese nenhuma de responder.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Coronel, seria normal que alguns espaços, eventualmente, estivessem vazios, mas que as portas se encontrassem seladas, com correntes, com cadeados. Isto é possível acontecer?

O Sr. Cor. Inf. **Hilário Dionísio Peixeiro**: — É possível, é.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Coronel, pode descrever quem eram os comandos, os outros militares ou civis que tinham conhecimento do material de guerra armazenado nos paióis ou em cada paiol, de forma mais específica. De um modo geral, já o referiu, mas gostaria que discriminasse um pouco mais esta situação.

O Sr. Cor. Inf. **Hilário Dionísio Peixeiro**: — Em relação ao meu paiol, tenho a certeza de quem é que sabia: eu e o meu encarregado de inventário, o oficial de logística. Ambos sabíamos o que lá estava.

Em relação aos outros paióis pertencentes à Unidade de Apoio Geral de Material do Exército, era essa mesma unidade que tinha o controlo atualizado de todo o inventário de material que lá estava. Portanto estamos a falar da Unidade que está em Benavente, em frente ao campo de tiro de Alcochete. O comandante, através dos seus especialistas em inventários sabia, e sabe, onde é que está tudo e, por ser uma Unidade de execução do Comando da Logística, a Direção de Material e Transportes também sabe o que está em cada uma dessas instalações.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Já falámos aqui do facto de os Paióis Nacionais de Tancos terem uma área bastante grande, compreendendo 39 campos de futebol, e de a segurança ser feita, parece que, de acordo com o documento que nos chegou, antes de 2007, por 34 soldados, mais 4 cabos, 5 sargentos e 1 oficial, ou seja, 44 militares.

Em 2007, terá havido uma reestruturação pelo Comando das Forças Terrestres para os tais 8 militares.

Sr. Coronel, quando assumiu o comando da Unidade e a responsabilidade pela segurança dos paióis, sabia que tinha havido esta reestruturação feita em 2007 ou passou a saber nesse momento?

O Sr. Cor. Inf. **Hilário Dionísio Peixeiro**: — Sim, até soube antes, por ter trabalho no Estado-Maior, no comando do Quartel-General da Brigada. Mas, naquela altura, não sabia o porquê.

Depois de ler o documento que o Ministério da Defesa emitiu, percebi que podia ser uma questão em que se desenhava aquela força para poder fazer a tal escala de três ou quatro dias. Se virmos, os soldados são 36, ou seja, se calhar quatro cabos comandam cada um o seu grupo de soldados, de quatro em quatro dias. Alguém imaginou que podia ter uma força dedicada àquela tarefa e poder fazer o refrescamento das pessoas de quatro em quatro dias. Portanto, passavam 24 horas, mais 24 horas, mais 24 horas e esgotavam-se os 36 militares da força. Calculo que seja isto.

Pelo que li, também, nunca se conseguiu colocar o efetivo que correspondia realmente na Unidade. Por que razão se decidiu passar para os 8 e não manter os 44? Isso já não sei, só lendo o historial.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Coronel, teria sido por falta de efetivos, por dificuldades desse género?

O Sr. Cor. Inf. **Hilário Dionísio Peixeiro**: — Penso que o mais provável é ser por haver já uma carência grande de efetivos.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Considera que esta redução de efetivos, este número exíguo, terá potenciado e facilitado a vida aos ladrões, ao entrarem nos Paíóis Nacionais de Tancos?

O Sr. Cor. Inf. **Hilário Dionísio Peixeiro**: — O serviço sendo feito à custa do esforço físico e conseguindo, mais ou menos frequentemente, povoar o complexo é muito desincentivador para que alguém queira lá entrar.

Quer queiramos quer não, é uma força armada que ali está, com instruções para reagir e para proteger o que lá está.

Se fosse um efetivo maior, se calhar conseguia-se, com menos esforço físico daqueles militares, ter o mesmo grau de povoamento, ou seja, estar mais vezes em todas as partes, mas com estes atuais 8 militares, no meu caso, temos conseguido cumprir a missão. Não sei, no turno do comandante ao lado, o que poderá ter acontecido.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Já aqui falámos, também, nos sistemas de videovigilância dos Paíóis Nacionais de Tancos. Efetivamente, de acordo com alguma documentação, que chegou a esta Comissão de Inquérito, é dito que, já em 2000, os sensores estavam inoperacionais, eram ineficientes e que, em 2006, o sistema de videovigilância foi considerado obsoleto e, em 2013, foi mesmo classificado como «obsoleto e irreparável».

Sr. Coronel, não considera que esta distância de tempo é muita, entre a confirmação em 2006 e a classificação em 2013? É normal que assim seja?

O Sr. Cor. Inf. **Hilário Dionísio Peixeiro**: — Não, Sr. Deputado, não é normal. O sistema, por aquilo que fui conseguindo apurar, foi-se tornando também obsoleto, por via dos equipamentos que utilizava. Utilizavam cassetes de vídeo que, se calhar, hoje em dia, já não são possíveis de encontrar, por isso foi-se tornando difícil de obter.

A partir do momento em que deixa de funcionar e de fazer o serviço para que está desenhado, ou seja, permitir que, na televisão ou no ecrã, se consigam ver todos os cantos do complexo, tem realmente de haver mais premência na resolução daquele problema. Foi muito tempo, sim, mas provavelmente as prioridades foram outras, só quero acreditar nisso. Mas é realmente muito tempo!

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Nesses documentos, que são bastante taxativos, já aqui se referiu, são apontadas outras lacunas e insuficiências, por exemplo a nível da segurança periférica, que se encontrava degradada, nomeadamente a rede; as portas e as fechaduras também não tinham os requisitos de segurança exigidos; a casa de guarda não tinha comunicação de rede fixa; alguns para-raios não funcionavam.

Sr. Coronel confirma tudo isto, quando assumiu o comando da unidade?

O Sr. Cor. Inf. **Hilário Dionísio Peixeiro**: — Com a minha competência técnica, não consigo olhar para um para-raios e saber se é eficiente ou não. Os engenheiros elétricos e mecânicos conseguem, mas não eu não. Portanto, a parte do para-raios, não sei como dizer isso.

Sobre a parte das portas, se tinham as condições todas, também não sou especialista. Sobre todos os outros equipamentos que nos ajudavam a cumprir a nossa missão, já sei e sei que estavam avariados, que não trabalhavam. Isso eu sei!

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — A mesma questão relativamente à falta de militares, no caso concreto destas lacunas, destas insuficiências, do sistema de videovigilância avariado, terá também isto facilitado a vida a quem lá foi para roubar os paióis?

O Sr. Cor. Inf. **Hilário Dionísio Peixeiro**: — De certeza que dificultou a vida a quem estava a cumprir a missão, de certeza.

Portanto, se entraram e não foram vistos nem detetados, as condições foram-se reunido para isso.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Coronel, vou então levantar a questão ao contrário. Se todo o sistema de videovigilância e de sensores estivesse a funcionar devidamente, não havia possibilidade de os ladrões entrarem nos paióis?

O Sr. Cor. Inf. **Hilário Dionísio Peixeiro**: — Era fundamental que houvesse presença humana sempre, mesmo com este sistema, pois são sistemas complementares.

Também já vimos, por exemplo em filmes, que é fácil enganar uma câmara, é fácil projetar um filme qualquer ou uma imagem parada em frente a uma câmara e quem não estiver com atenção ao ecrã, pensa que está tudo bem e não está. São sistemas complementares, mas o fator da força militar é fundamental, tem de lá estar.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Também já aqui se falou no seu relatório de posse de comando. Sr. Coronel, não menciona nada quanto às deficiências, quanto às lacunas desses sistemas dos Paióis Nacionais de Tancos. Daqui se depreende que quem tinha a administração daquelas instalações terá de ter plasmado no relatório de posse de comando essas lacunas.

O Sr. Cor. Inf. **Hilário Dionísio Peixeiro**: — Quase que garantiria que sim. Conheço até a pessoa e é muitíssimo responsável, por isso quase garantiria que sim, que ele terá posto essa preocupação vincada no seu relatório.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Também já aqui se falou no sistema SICAVE, o Sr. Coronel saberá muito bem em que é que efetivamente consistia esse sistema. De acordo com o que veio a público, foram realizados

diversos contratos no âmbito do SICAVE, em 2015 e 2017, envolvendo uma verba de 400 000 € foram várias Unidades do Exército contempladas, mas, curiosamente, nenhuma se destinou aos Paióis Nacionais de Tancos, considerada uma infraestrutura de natureza militar muito sensível.

Sr. Coronel, acha que isto foi normal? O que terá havido? Terá havido insuficiência nos relatórios para não serem consideradas prioritárias as questões da segurança e da videovigilância dos Paióis Nacionais de Tancos? O que pensa relativamente a esta matéria?

O Sr. Cor. Inf. **Hilário Dionísio Peixeiro**: — Sr. Deputado, penso que o trabalho, de certeza, foi seriamente feito a nível das estruturas superiores do Exército. De certeza que as prioridades foram aquilatadas e que chegaram à conclusão de que seria necessário acudir a outros locais em detrimento dos paióis. Só posso aceitar que as decisões tenham sido tomadas com base em critérios parecidos com este.

Apenas isto, Sr. Deputado, de resto...

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Também já aqui falámos na exoneração, pelo anterior Chefe de Estado-Maior do Exército, dos cinco comandantes militares, incluindo o Sr. Comandante.

Sr. Coronel, não lhe vou perguntar se considerou ou não essa decisão acertada, pois já sabemos qual será a sua resposta, mas pergunto-lhe se, no meio militar, houve descontentamento, desconforto com estas decisões do Sr. General CEME.

O Sr. Cor. Inf. **Hilário Dionísio Peixeiro**: — Sr. Deputado, tenho a certeza que sim, que houve desconforto e discordância, quanto mais não fosse pela enorme quantidade de telefonemas e de mensagens de solidariedade que recebi, logo assim que se soube. De certeza, não podia

dizer de outra maneira! Houve incompreensão, provavelmente; houve esse estado de espírito nas pessoas.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Coronel, vou fazer-lhe uma pergunta mais direta.

O Sr. **Presidente**: — Já não vai fazer mais perguntas, Sr. Deputado. Peço desculpa.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Peço desculpa, também, Sr. Presidente. Fica para a segunda ronda.

O Sr. **Presidente**: — Segue-se o Grupo Parlamentar do CDS-PP. Tem a palavra o Sr. Deputado Telmo Correia, nos mesmos tempos.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr. Coronel, quero, obviamente, agradecer-lhe, em primeiro lugar, a sua presença na Comissão e os esclarecimentos que tem vindo a dar-nos.

Sr. Coronel, teve esta responsabilidade de comando do Regimento de Paraquedistas. Não sei qual era a pergunta que ia fazer o Sr. Deputado João Vasconcelos, mas vou aproveitar uma pergunta que ele lhe fez e pedir se nos pode precisar um bocadinho mais, porque acho que é importante, às vezes, precisarmos algumas coisas.

Numa das últimas perguntas que lhe foi feita, em relação às necessidades, às deficiências e até à leitura prioritária do que estava em causa aqui, o Sr. Coronel acabou por responder textualmente que, provavelmente, teria sido feita, pelas estruturas superiores, uma leitura de prioridades pela qual não pode responder.

Não podendo responder, não lhe vou pedir que responda, mas vou perguntar-lhe: quando usa a expressão «estruturas superiores», estamos a falar concretamente de quem?

O Sr. Cor. Inf. **Hilário Dionísio Peixeiro**: — Quando falo em estruturas superiores, penso sempre no comandante do meu Exército, portanto no seu gabinete assessorado obviamente pelos generais que lhe estão mais diretos em termos de responsabilidades, nomeadamente das áreas da Logística, das Forças Terrestres e do Pessoal.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Os responsáveis por essas Unidades e o Chefe de Estado-Maior?

O Sr. Cor. Inf. **Hilário Dionísio Peixeiro**: — Os responsáveis por áreas grandes. O Comando da Logística envolve tudo quanto é recursos materiais do Exército, não é uma Unidade. É uma área grande. O do Pessoal envolve os recursos humanos e o das Forças Terrestres é a estrutura da componente terrestre do Exército, as unidades operacionais que dão o seu produto operacional. Portanto são as Unidades que têm unidades operacionais.

Esses três generais comandam estas três áreas grandes, não comandam unidades. As unidades são comandadas cá em baixo, três níveis abaixo, por nós, coronéis.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Portanto, temos estes três generais, responsáveis por essas áreas, respondendo eles diretamente ao Chefe de Estado-Maior?

O Sr. Cor. Inf. **Hilário Dionísio Peixeiro**: — Exatamente.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Muito obrigado, estou esclarecido em relação a esta matéria. A pergunta e a justificação era relevante e fazia sentido.

Voltando um bocadinho atrás, Sr. Coronel, ainda ontem ouvimos o seu antecessor, temos ouvido outros coronéis, comandantes das outras Unidades. Em relação aos paraquedistas em concreto, e sabendo que o Regimento de Paraquedistas — e não é uma pergunta, é uma afirmação — é seguramente uma das unidades mais qualificadas e mais especializadas do universo do Exército português, penso que isso será reconhecido por toda a gente, fica, no entanto, um bocadinho a dúvida se, de alguma forma, a questão dos paióis não seria vista como essencial ou prioritária dentro das obrigações e do envolvimento que o Regimento tinha, tratando-se ainda para mais de um Regimento de referência, de prestígio e que se envolve em missões, inclusivamente externas, da maior importância para o País.

Pedia-lhe, sem ser demasiado opinativo, para nos dar uma leitura. É assim ou não é? Havia uma perceção clara da relevância que os paióis podiam ter ou não?

O Sr. Cor. Inf. **Hilário Dionísio Peixeiro**: — Sr. Deputado, obrigado por essa pergunta e pelas palavras. É realmente um gosto poder pertencer a esta especialidade e comandar esta Unidade.

Uma das características que o paraquedista tem é a permanente disponibilidade para o serviço, a permanente disponibilidade para o cumprimento das ordens, e bem, e a permanente capacidade de adaptabilidade.

O brio também nos diz que no nosso turno, como dizem os ingleses, não nos deve acontecer nada de mal, portanto seja o meu paiol que está dentro do Regimento, seja o complexo de paióis que está do outro lado da

rua é tudo tratado da mesma maneira. É dada exatamente a mesma prioridade. Não pode acontecer lá nada. Está tudo dito em termos de diretiva e de ordem: é para fazer assim, é para entregar o serviço à Unidade a seguir exatamente como estava ou melhor, se conseguirmos mudar três lâmpadas.

Mas é ponto de honra. Repito: é ponto de honra. E todos nós, na Unidade, e nos outros dois batalhões de paraquedistas, um deles até está na República Centro Africana, acreditamos nestes valores. Somos preparados, treinados na mesma Unidade e com o mesmo crivo de valores e dificilmente vejo um de nós a desleixar e a dizer: «Ok, isto fica para depois!»

Penso que possa ter respondido à questão, Sr. Deputado.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sim, até porque ninguém afirmaria o contrário. A questão, no fundo, é a de sabermos, um bocado, do conhecimento das deficiências que existiam e da reação que houve, ou não, da parte dos vários responsáveis em relação a essas deficiências.

Assim sendo, tenho de lhe perguntar, Sr. Coronel — e já falámos também com os seus antecessores, não é caso único —, sobre a questão do relatório de posse de comando.

O seu relatório, curiosamente, levou algum tempo a ser apresentado, em relação à referida posse. Ele é de fevereiro e o Sr. Coronel assumiu funções em novembro de 2016. Portanto, houve um lapso temporal de quase quatro meses entre a posse a apresentação do relatório.

O seu relatório, estando um dos paióis afeto diretamente ao Regimento de Paraquedistas, é relativamente omissivo a esse facto e não tem refletida uma preocupação com o estado das instalações de Tancos e com as dificuldades inerentes à missão de segurança. Pergunto-lhe se assim é, ou não, e que conhecimento antecedente tinha e porque é que isso acontece.

O Sr. Cor. Inf. **Hilário Dionísio Peixeiro**: — Há pouco já tinha a florado isto, mas reforço.

O relatório de posse de comando é um relatório que faço quando tomo posse das instalações, do pessoal e do material que vou comandar. No meu caso cinge-se ao Regimento de Paraquedistas, ao que está lá dentro. Nem sequer a pista de cordas que quase todos os dias aparece na televisão e que está dentro da área aeródromo é minha, mas utilizo-a.

A minha preocupação foi a de dar conta sobre aquilo de que estava a tomar posse como comandante. O complexo dos Paióis Nacionais de Tancos não são do meu comando, são do comando de outro coronel.

Poderia estar, até, a incorrer... Poderia estar a entrar na ação de comando daquele coronel vizinho se estivesse a fazer considerações no meu relatório de posse de comando de uma coisa que não vou comandar. Portanto, cingi-me àquilo de que tomei posse, ao meu pessoal, ao meu equipamento, às minhas infraestruturas, ao meu efetivo em degradação permanente, em termos de números. Foi aí que concentrei a minha atenção no meu relatório de posse de comando.

Tudo o resto que vimos de evidências, durante as operações, ou seja, durante o serviço de segurança, foi sempre relatado com o maior cuidado, aproveitando os relatórios do comandante anterior, constatando que algumas deficiências foram colmatadas, outras continuavam, dando seguimento e sempre tendo o cuidado de fazer chegar à instância superior, Brigada de Reação Rápida, aquilo que encontrávamos.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr. Coronel, sim, é uma questão de critério, pelo que nos diz. Repare, não tivemos o relatório de posse de comando do seu antecessor, mas ele foi aqui ouvido e disse que no dele constava precisamente o alerta para as situações e dificuldades de segurança existentes em Tancos.

Era normal, na minha opinião, que isso pudesse ter constado do seu também. Diz-nos que não. Ainda assim, pergunto-lhe que informação recebeu, precisamente, do seu antecessor em relação a esses problemas e aos vários problemas que poderiam existir, não retomando aqui a falha dos sistemas de vigilância a partir de 2007, coincidindo com a redução do que era um pelotão para oito homens rotativamente pelas várias Unidades.

Quer dizer, que informação recebeu, que conhecimento tomou de situações que, aparentemente, eram conhecidas e que teriam constado até dos relatórios de posse dos seus antecessores?

O Sr. Cor. Inf. **Hilário Dionísio Peixeiro**: — Tive uma reunião, se não me engano, no último dia de comando, talvez, do nosso coronel, na qual me passou os assuntos prementes. Poderemos ter abordado a questão dos paióis porque era uma conversa muito normal de termos. Se ele não me dissesse eu perguntar-lhe-ia como estava a escala dos paióis, se continuava a mesma, com as mesmas deficiências.

Mas o que sei e o que tenho presente é que, depois tive acesso e recebi os *briefings* do meu pessoal do Estado-Maior, houve o cuidado do comandante anterior em relatar de maneira bastante específica, através de um memorando a que, depois, logo na altura, tive acesso, precisamente os problemas que aquela infraestrutura, aquele complexo tinha.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr. Coronel, diga-me mais uma coisa: no período em que teve esta responsabilidade e em que coube ao Regimento de Paraquedistas garantir a segurança, deslocou-se várias vezes aos paióis, visitou-os, tomou nota do que acontecia? Pode dizer-nos, até, qual foi, se se lembra, não lhe vou pedir um dia e uma hora exatos, mas tem memória de qual foi a última vez em que visitou os paióis antes dos graves acontecimentos e do furto?

O Sr. Cor. Inf. **Hilário Dionísio Peixeiro**: — Sim, nesses dois períodos, tenho ideia de que não fui lá. Isto porque tinha informação detalhada do meu oficial de operações e do comandante da força que destacava para lá pessoal. Tinha informação detalhada sobre o que lá estava e, portanto, não senti necessidade de ir confirmar se eles me estavam a falar a verdade ou não.

Aquilo já era muito falado e sabíamos as condições em que estava. Já tinha lá ido antes, quando era Chefe de Estado-Maior da Brigada, e aquilo que me relatavam já não era novidade. Confiava no que me diziam, sabia que era verdade.

Os próprios comandantes da guarda viam e confirmavam e, portanto, naqueles dois períodos, não senti necessidade de lá ir. Depois, mais tarde, já lá fui uma data de vezes.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr. Coronel, para quem nunca lá estive, pode explicar-nos um bocadinho melhor como era esse relacionamento, designadamente com os responsáveis mais diretos; como eram transmitidas as NEP; qual era o relacionamento com o oficial de dia; como é que o Sr. Coronel recebi de volta a informação sobre o que acontecia e se as próprias NEP estavam, ou não, afixadas no gabinete do oficial de dia.

O Sr. Cor. Inf. **Hilário Dionísio Peixeiro**: — Sim, sim.

Aquele serviço era exclusivo nosso de enviar uma força de segurança para se apresentar ao delegado do depósito e cumprir o serviço conforme a NEP que o próprio depósito... Estou a chamar «depósito» por uma questão de mais fácil palavreado, mas quero dizer UAGME (Unidade de Apoio Geral de Material do Exército).

Portanto, este sargento tinha instruções específicas de como fazer à chegada lá: ia apresentar-se ao delegado do depósito, recebia indicações ou atualizações quanto a alguma coisa que fosse necessário ver melhor, etc., no complexo. Depois tinha uma série de deveres: conferir os artigos, passar rondas, não permitir que pessoas não credenciadas acessem ao próprio complexo.

Tinha uma norma de execução permanente detalhada, quanto ao que tinha de fazer: mudança da cassete de vídeo do gravador, recolha da cassete e entrega ao delegado da UAGME para, no dia seguinte, recomeçar o serviço. Portanto, estava tudo bem sistematizado, está tudo bem sistematizado...

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Gravador já não havia, não é?

O Sr. Cor. Inf. **Hilário Dionísio Peixeiro**: — O gravador estava lá, não servia era para nada!

Risos.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Não teria de mudar a cassete, digo eu!

O Sr. Cor. Inf. **Hilário Dionísio Peixeiro**: — Mas essa NEP vai a este pormenor!

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — E o incumprimento dessa NEP seria uma falha disciplinar e grave.

O Sr. Cor. Inf. **Hilário Dionísio Peixeiro**: — Pelo menos seria motivo de averiguação. Depois, atuar-se-ia disciplinarmente.

Mas na averiguação iria dizer porque é que não cumpriu a NEP: «Não tirei a cassete, porque daquilo já não sai cassete»! Por exemplo, isto é um aparte.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Não tem conhecimento de nenhuma ação disciplinar sobre essa matéria, por incumprimento?

O Sr. Cor. Inf. **Hilário Dionísio Peixeiro**: — Durante o tempo em que estou no Regimento, não. Em relação ao meu pessoal não tenho.

Mas na minha Unidade, o gabinete de oficial de dia tem lá essa NEP, para além das do Regimento, porque tem de o transmitir ao comandante da guarda.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — A resposta que nos deu é relevante, porque, da própria documentação que analisámos, temos a ideia de que isso pode não ter sido sempre cumprido com o escrúpulo e da forma que o Sr. Coronel acaba de nos dizer que deveria ser. Ainda, pedindo-lhe que detalhasse, mas já não em relação a isso, lhe perguntava, em concreto, em relação à questão das rondas.

O Sr. Coronel já falou sobre isso. O seu antecessor disse-nos que normalmente eram feitas 15 rondas em 24 horas. Pergunto-lhe se é essa a ideia que tem, se manteve, ou não, essa prática, se era essa a sua instrução.

Pedia-lhe, até, enfim, imaginando um dia qualquer, como é que essas 15 rondas eram feitas. Isto porque, aparentemente, é até um serviço, passo a expressão, provavelmente errada, do ponto de vista militar, bastante exigente. Era uma ronda apeada que demorava uma hora e depois era seguida de uma ronda montada, em veículo automóvel? Eram alternadas? Pode

descrever-nos minimamente como é que se cumpria a vigilância ao longo de um dia, ao longo de 24 horas.

O Sr. Cor. Inf. **Hilário Dionísio Peixeiro**: — A métrica das 15 rondas não consigo dizer, se foi mais ou menos... A preocupação era ter o pessoal escalado e ter um programa de rondas que não fosse facilmente identificável ou repetitivo, com militares a circular, a rondar, a patrulhar o complexo.

Há pouco, fiz aqui um pequeno exercício: poderá demorar uma hora e meia a duas horas para dar a volta ao parque interior, ver as portas todas e os edifícios todos, e se for com uma viatura consegue-se fazer a mesma coisa em muito menos tempo; a volta ao perímetro faz-se em menos tempo, porque é um itinerário linear, mas talvez possa demorar uma horita.

Não consigo dizer se dá as 15 rondas, mas a preocupação era a de que no complexo houvesse, quase em permanência ou muito frequentemente, passagem de seres humanos, militares armados, com a missão de patrulhar, de vigiar, de rondar.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — O Sr. Coronel não se compromete, passo a expressão, com o número 15. Pergunto-lhe se, apesar de tudo, em sua opinião, haveria um número mínimo com o qual se pudesse comprometer.

O Sr. Cor. Inf. **Hilário Dionísio Peixeiro**: — Sr. Deputado, depende de como é que estava a decorrer, até ao nível das condições meteorológicas. Se o terreno não estiver fácil para andar, se calhar, os militares demoram um bocado mais de tempo a fazer a volta.

Mas o objetivo era manter pessoal dentro do complexo, com a atitude — isto, do ponto de vista militar — de quem está pronto a intervir se for

detetada uma intrusão ou um caso nefasto como aquele que aconteceu no dia 28 de junho.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr. Coronel, de uma forma muito rápida — presumo que as NEP até teriam esse número, mas não vou insistir! —, gostaria de perguntar duas coisas.

Curiosamente, no seu relatório, o Sr. Coronel é muito incisivo na questão da falta de pessoal no Regimento em geral, e não especificamente na vigilância aos paióis, pelo que pergunto: considera, ou não, que havia também falta de pessoal, ou seja, que o pessoal era escasso para esta missão?

Mais: houve, ou não, treinos específicos e simulacros para situações eventuais de risco relativamente aos paióis?

O Sr. Cor. Inf. **Hilário Dionísio Peixeiro**: — Simulacros, naquele período, não tive conhecimento de ter havido algum. Nos meus dois períodos não houve simulacro.

Quanto a treino, tendo em vista o que é este treino — treino em casa, na Unidade, com vista à preparação para a missão —, sim, houve treino: o manuseamento da arma, o refrescar de procedimentos de deteção de um intruso ou de identificação de uma pessoa... Há estes treinos para a força que vai! O próprio sargento-comandante é «brifado», é refrescada a ideia de o que é que pode e o que é que não pode fazer, em termos legais, até, com a sua arma.

Portanto, treinos, sim, mas em casa. Lá, no cenário real, têm de estar prontos e cumprem a sua missão.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — O Sr. Coronel já falou sobre isso e já nos disse — se percebi bem! — que a sua exoneração, na altura, lhe foi comunicada sem mais. Ou seja, foi-lhe comunicada com base nos

acontecimentos que tinham ocorrido, tendo-lhe sido dito que iriam ser feitas averiguações e não mais do que isso.

Pergunto, em primeiro lugar, se não houve mais detalhe nenhum em relação às razões dessa exoneração, no seu caso concreto.

Em segundo lugar, presumo que concordará comigo e que corroborará aquilo que vou dizer, até pelo que nos disse e pelo brio a que se referiu, sentiu essa exoneração como uma injustiça!?

O Sr. Cor. Inf. **Hilário Dionísio Peixeiro**: — Senti-a como incompreensão, mas aceitando a indicação e a decisão do meu General-Chefe. Ele é que me nomeou, tem todo o poder e competência para me «desnomear».

Se me perguntar: teria corrido tudo da mesma maneira se o Sr. Coronel se mantivesse no comando do Regimento? Pessoalmente, digo: sim! Mas, quanto a se estariam garantidas as condições de transparência, de isenção, provavelmente, as perceções exteriores iriam variar. Por isso, aceitei e disse: «Meu General-Chefe, faça favor, disponha. Logo me há de dizer o que acontece a seguir».

O Sr. **Presidente**: — Para encerrar esta primeira ronda de perguntas, segue-se o Sr. Deputado Jorge Machado, do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, nos mesmos termos.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Coronel, queria agradecer as respostas dadas até aqui, pois tenho o trabalho facilitado.

Começo por pegar nesta última questão, que não estava sequer a pensar colocar. A perceção que ficou para o exterior é a de que, com tudo o

que aconteceu, foi punido um soldado e um cabo e, portanto, o apuramento das responsabilidades ficou muito aquém!

Sei que esta consideração não lhe diz diretamente respeito, mas, mais do que a percepção do que significaram esta ou aquela exoneração dos comandantes das Unidades, ficou-nos claramente — pelo menos ao Grupo Parlamentar do PCP, e sempre o dissemos — a sensação de que importava haver um apuramento de responsabilidades na alta estrutura do Exército, e já lá irei relativamente a esta matéria.

Não estou a concluir, necessariamente, que os responsáveis são os comandantes das Unidades que tinham por missão fornecer ou destacar homens para o cumprimento da missão, mas na estrutura do Exército também teremos, naturalmente, de encontrar responsáveis pela situação em que aqueles paióis se encontravam.

Com certeza que o problema é meu, e não das suas respostas, mas, das diferentes intervenções que já fez em resposta a diferentes Srs. Deputados, fiquei com a percepção de que aquilo que transmitiu superiormente, relativamente a pessoal, instalações, videovigilância, sensores, variou! A sua resposta sobre se reportou superiormente essas insuficiências do ponto de vista da segurança não é clara, pelo menos para mim.

Era esta pergunta que lhe queria fazer para clarificar o que é que transmitiu do ponto de vista hierárquico, que é, aliás, a sua obrigação enquanto comandante da Unidade.

O Sr. Cor. Inf. **Hilário Dionísio Peixeiro**: — Sr. Deputado, a culpa de certeza que foi minha, por falta de clareza, pelo que agradeço esta oportunidade.

Sim, houve deficiências reportadas diretamente ao meu escalão superior e deficiências de toda a espécie, que tivessem impacto na maior ou menor facilidade com que cumpriria a minha missão, em termos dos

equipamentos complementares de proteção e de vigilância, mas também outras deficiências. Os meus militares passavam 24 horas naquelas instalações e, nos períodos entre duas rondas, poderiam, eventualmente, estar num local com um pouco mais de comodidade se não houvesse aquelas deficiências ao nível da casa de banho, de chuveiros... de vivência. Apesar de dali a um dia regressarem ao quartel, são 24 horas difíceis.

Portanto, estas deficiências foram reportadas ao escalão superior, a Brigada de Reação Rápida.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — A determinada altura, o Sr. Coronel diz, e cito: «sabíamos que era assim». Havia um pressuposto e um senso comum, na estrutura, das deficiências que o Paiol Nacional de Tancos tinha, mas fiquei na dúvida se essa informação chegou, do ponto de vista formal. Não se trata destas matérias através de conversa, elas tratam-se do ponto de vista formal, por escrito. Confirma que foi mesmo assim que foi reportado?

O Sr. Cor. Inf. **Hilário Dionísio Peixeiro**: — Foi.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Muito bem.

A determinada altura da sua intervenção, o Sr. Coronel referiu um aspeto que nos parece importante. Disse que as insuficiências e limitações foram reportadas e que, tendo em conta as características das insuficiências — pessoal, instalações físicas das vedações, videovigilância e sensores — e as limitações orçamentais que as provocavam, essas limitações são da responsabilidade de três generais na estrutura de comando, os generais da Logística, do Pessoal e das Forças Terrestres. É isto?

Confirma que são estes três generais que, no fundo, têm a decisão e a responsabilidade máxima sobre estas matérias que estamos aqui a discutir?

O Sr. Cor. Inf. **Hilário Dionísio Peixeiro**: — Não, Sr. Deputado, vou precisar: no fim de contas, quem toma as decisões finais é o Comandante do Exército, em todos os âmbitos. É o General Chefe do Estado-Maior do Exército.

Para assuntos de logística, ele é aconselhado, é assessorado e a sua opinião pode ser melhorada com um parecer, com um conselho, do Comandante da Logística. Se for assunto de recursos humanos, por exemplo, se é preciso mais militares novos para o Exército e como é que o conseguimos, este Sr. General tem uma palavra muito importante a dizer ao Comandante do Exército, mas a decisão final é do Comandante do Exército.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Coronel, teremos oportunidade de clarificar isso quando tivermos oportunidade de ouvir também esses militares no âmbito da nossa Comissão. Mas naturalmente que o Chefe do Estado-Maior do Exército delega competências! Não me passa pela cabeça que um Chefe do Estado-Maior do Exército trate de questões de pormenor. Elas são delegadas e há uma cadeia de comando que também pressupõe a assunção de responsabilidades e de tarefas.

Cá estaremos para averiguar da parte de quem é que isso ficou por fazer, mas acho que esta questão é também importante para o enquadramento.

Não tenho muitas mais questões, porque estaria a fazer um exercício de repetição que é escusado, mas queria dizer o seguinte: o Exército, como qualquer ramo das Forças Armadas tem um aspeto fundamental nas questões das missões: o planeamento. Os nossos militares têm muito boa formação. Muitas vezes, podemos não ter os equipamentos e as condições adequadas, mas, do ponto de vista dos recursos humanos, temos muito boa formação e quadros muito bons.

O planeamento da missão é parte fulcral para o êxito da missão. Sabendo da falta que há de recursos humanos, o que constitui uma outra discussão que não será para esta audição, sabendo dos problemas da videovigilância e dos sensores de movimento avariados, considerados inoperacionais desde 2012, mas que não foram substituídos, sabendo das instalações degradadas — todos nós conhecemos o estado de degradação a que chegaram! —, a pergunta que lhe queria colocar é a seguinte: como é que, do ponto de vista do planeamento, o Exército mantém a assunção da responsabilidade de uma missão que, objetivamente, ou, pelo menos, segundo me parece, não teria condições para assumir?!

Não estou a dizer que a decisão é sua, mas a pergunta é mesmo esta: porque é que, a determinada altura, a estrutura de topo da hierarquia do Exército não tomou a decisão de dizer «não podemos continuar com as instalações nestas condições»? Isto tendo em conta que, por regra, há esta perspetiva do planeamento e da adequação dos meios à missão.

Parece-nos óbvio que esta adequação não estava concretizada e, aliás, a facilidade do furto comprova, precisamente, essa mesma realidade.

Portanto, peço-lhe um comentário sobre este assunto e pergunto como é que foi possível manter a situação até este momento.

O Sr. Cor. Inf. **Hilário Dionísio Peixeiro**: — Foi possível, por força da vontade e do saber dos militares que trabalhavam 24 horas sobre 24 horas no complexo. Foi possível, até determinada altura.

A partir do momento em que se dá o incidente, que aproveitou uma falha... E o que aconteceu há de saber-se, mais tarde ou mais cedo! Porque é que as condições todas que tínhamos conseguido reunir para trás, ao longo de não sei quantos anos, não estavam lá naquele mesmo dia?

Conseguiu-se, por força da preparação e da predisposição para o bem servir dos militares que lá estavam a trabalhar.

Em termos de como é que se decidiu, de como é que se decide ou de como é que se anda para a frente com uma empreitada destas, pelos responsáveis do Exército, não consigo pôr-me na cabeça dos nossos generais mas, em abono da verdade, fomos, mais recentemente, começando a ver algumas, poucas, melhorias a aparecer. Claro, não foram a tempo.

A vedação não foi completada a tempo, só havia uma parte. O sistema de videovigilância, porventura, estaria programado ou para aquele ano ou para o ano seguinte, portanto, não chegou a tempo.

Mas isto é o que consigo elaborar, neste momento.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Coronel, é óbvio que essas medidas foram tomadas, sabemos disso, há documentação e isso poderá também ter tido um papel na precipitação ou no planeamento do furto propriamente dito, porque se saberia que as condições objetivas seriam diferentes, passado pouco tempo. Isso, naturalmente, percebemos, e suscita questões que são, até, mais complexas, de publicitação de contratos e empreitadas que merecem, se calhar, outra reflexão, quando estamos a tratar de infraestruturas críticas.

Percebo a sua resposta, Sr. Coronel, e acredito que no Grupo Parlamentar do PCP, valorizamos muito o esforço, muitas vezes a carolice e o amor à camisola que os nossos militares têm no cumprimento das missões. Não fosse isso e estaríamos, com certeza, muito pior no cumprimento das missões.

Não é nesse patamar que queria colocar a questão, porque esse é um dado adquirido. É óbvio que as missões foram cumpridas com grande esforço de pessoal, com abnegação e com dedicação dos militares. Isso é óbvio. A questão não é essa.

O Sr. Coronel, enquanto responsável militar, quando lhe é atribuída uma missão — e peço-lhe que se abstraia desta missão em concreto, porque

esta missão do planeamento e adequação de meios, etc., não é da sua responsabilidade —, do ponto de vista abstrato, como qualquer responsável militar, tem a obrigação do planeamento, da adequação dos meios para o cumprimento das missões. Se os meios não são suficientes para o cumprimento das missões, é ou não obrigação do militar responsável, dizer: «Assim não dá, não conseguimos cumprir, não temos meios suficientes para...»?

Perguntava-lhe se é isso ou não.

O Sr. Cor. Inf. **Hilário Dionísio Peixeiro**: — É isso.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — É que, e não é a sua responsabilidade, repito, aqui também deveria ter acontecido isto, num outro patamar de responsabilidade que não é o seu.

O Sr. Cor. Inf. **Hilário Dionísio Peixeiro**: — É exatamente assim que funciona o planeamento militar.

Recebe-se uma missão, onde estão os objetivos a atingir, e tem de se fazer, de imediato, um primeiro processo, que se chama «estudar a missão», extrair dali tarefas que concorrem para o cumprimento da missão, para o atingir do objetivo.

Muitas tarefas podem levantar-se, aliás, todas as que nós quisermos, mas há uma, duas ou três que se chamam as tarefas essenciais, que são as tarefas que, se não forem cumpridas, não chegamos de certeza à missão.

Estas tarefas, para serem levadas a cabo, implicam o uso de recursos.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Articulação de meios!

O Sr. Cor. Inf. **Hilário Dionísio Peixeiro**: — Exatamente!

Na minha atribuição de tarefas, na minha atribuição de missões às minhas subunidades, a minha obrigação é a de tornar aquela tarefa exequível, para que o meu comandante, lá em baixo, saiba aquilo que recebeu, parceladamente. Se eu tiver três tarefinhas, há uma para um, outra para outro e outra para outro, o último, o da direita, sabe que, se recebeu aquilo, é porque o comandante acima entendeu que ele consegue cumprir.

Se ele não está a ver — isto é um exercício — como é que vai conseguir aquilo, tem de perguntar: «Como é que pensaram?» E nós dizemos: «Olha, não estás sozinho. Fazes isto, o outro à tua esquerda faz aquilo e faz aquilo e os três vão lá chegar. Se fores tu, sozinho, não chegas lá».

Isto para dizer o quê? Que quando se atribui uma tarefa, uma missão para cumprir, essa tarefa tem obrigação de ser exequível, porque, senão, então, não existe como tal.

Os comandantes subordinados, eu por exemplo, para esta missão, sei que, durante aquele mês, para aquele objetivo, que é manter aquela infraestrutura incólume. Tenho o sítio onde vou trabalhar, tenho os meus militares, que estão treinados, têm equipamento, e vou cumprir aquilo, porque sei que, no mês seguinte, não tenho de ter lá gente, porque já não tenho gente refrescada e vem uma outra Unidade.

Digamos, planeamento militar passa por aqui. O comandante acima tem a responsabilidade de ver se aquilo é exequível pelo pessoal que está abaixo.

O Sr. Presidente: — Está concluída a primeira ronda.

Na segunda ronda, como sabem, estão atribuídos cinco minutos a cada grupo parlamentar, sequencialmente. O Sr. Coronel teria a amabilidade de responder no final da ronda de perguntas feita por todos os grupos parlamentares.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Sr. Presidente, era para informar a Mesa e os restantes grupos parlamentares que o Partido Socialista não fará terceira ronda.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado pela informação, Sr. Deputado.

De qualquer forma, estamos ainda a iniciar a segunda ronda.

Começará o Grupo Parlamentar do PSD. Tem, assim, a palavra a Sr.^a Deputada Carla Barros.

A Sr.^a **Carla Barros** (PSD): — Sr. Presidente, começo por cumprimentar, nesta minha primeira audição, as Sr.^{as} e os Srs. Deputados que participam nesta Comissão de Inquérito. Dirijo-me ao Sr. Coronel de Infantaria Hilário Peixeiro, agradecendo-lhe todos os esclarecimentos prestados aqui, a requerimento do PSD.

O PSD tem por hábito lembrar sempre, em cada uma das audições desta Comissão de Inquérito sobre as Consequências e Responsabilidades Políticas do Furto de Material Militar ocorrido em Tancos, que temos por objetivo também muito contribuir para o reforço da instituição militar e, neste caso particular, do Exército.

Este ramo das Forças Armadas tem sido, como tem sido apreciado, alvo de uma pressão mediática que, naturalmente, belisca, de certo modo, o seu prestígio. Mas precisamos de estar todos unânimes em garantir o seu fortalecimento, para um exemplar cumprimento da missão que tem e que desempenha com elevado brio, quer em Portugal, quer no estrangeiro.

O furto do material militar ocorrido em Tancos foi, como todos têm reconhecido, grave. Abalou a instituição militar e obrigou a Assembleia da República a apurar responsabilidades sobre o funcionamento do Estado, no que diz respeito à segurança e à defesa nacional, pois reconhecer o amadorismo do furto, como ontem ficou aqui bem evidenciado pelo Coronel Alves Pereira, é, de certa forma, entender e assumir as fragilidades e as insuficiências no sistema de segurança.

Pelo que se ouve, o material, embora estivesse guardado, estava à mão de semear. Neste sentido, temos três perguntas para lhe colocar, Sr. Coronel Hilário Peixeiro.

A primeira questão é a seguinte: acha que é possível virem a ocorrer novos episódios, semelhantes, em instalações de idêntica natureza, no Exército?

A segunda questão é: embora saibamos que não era o seu Regimento que tinha responsabilidades de vigilância naquele mês, o PSD gostaria de saber, na sua opinião, Sr. Coronel, quais as situações internas mais específicas, mais particulares, sob o ponto de vista humano e não humano, que terão permitido o furto naqueles dias, naquele período? E, estando fora, qual é a avaliação que faz?

A minha terceira questão é: teve conhecimento do alerta de que poderia vir a ocorrer um assalto? Teve conhecimento do nível de ameaça a que estavam sujeitos os paióis? E, se teve conhecimento, diga-nos, Sr. Coronel, no âmbito do seu conteúdo funcional que esforços é que fez para o evitar?

Para terminar, Sr. Coronel, importa referir, e deixar-lhe nota de que o PSD reconhece e sabe que o Exército é exemplo disso, é um bom exemplo de homens e mulheres, de líderes, que estão ao serviço do Estado, muito capazes e sempre muito motivados a querer fazer cada vez melhor, mesmo

com a escassez de recursos a que todos nós não somos alheios e que sabemos que existe.

Portanto, nós reconhecemos o Exército como o exemplo, um cavalgar contínuo de fazer sempre melhor e de uma motivação quase que acrescida, muitas vezes, perante esta escassez, que é notória e que tem sido sempre evidenciada, fruto das diversas opções políticas dos diversos governos.

O Sr. **Presidente**: — Tem, agora, a palavra, a Sr.^a Deputada Maria da Luz Rosinha.

A Sr.^a **Maria da Luz Rosinha** (PS): — Sr. Presidente, estamos, praticamente, a chegar ao fim desta audição. Quero, desde logo, agradecer ao Sr. Coronel, mais uma vez, pela disponibilidade que teve para aqui vir hoje, partilhar connosco os seus pensamentos acerca de um incidente que, efetivamente, vai ficar na história das Forças Armadas.

Como em todas as situações acontece, também aqui, a partir do momento em que aconteceu, houve também um conjunto de decisões e de ações com o objetivo claro de evitar que tal se voltasse a repetir. Isso também é muito visível nos próprios documentos que nos foram sendo fornecidos, onde se refere que a execução de todo o conjunto de medidas identificadas e que foram adotadas permite, hoje, dizer que, a fazer um diagnóstico neste momento, a situação seria muito mais positiva do que aquela que teria resultado de um diagnóstico feito a 28 de junho de 2017. Portanto, serviu, já, para esta grande mudança para melhor.

Ao mesmo tempo, todos os ramos das Forças Armadas, a Inspeção-Geral da Defesa Nacional, a tutela, todos se envolveram para que, efetivamente, as condições pudessem ser melhores. É natural que ainda não sejam as condições ótimas, aliás, costuma sempre dizer-se que o ótimo é inimigo do bom.

Portanto, uma das questões que lhe queria colocar, neste momento, é a seguinte: depois de todas as medidas que foram introduzidas, como é que o Sr. Coronel classificaria, hoje, o risco existente no polígono Tancos?

Além disso, houve uma questão que abordei no início, e que não me dei conta de que tivesse respondido, que se prendia com o estado de grande parte do material que estava nos paióis. Pergunto-lhe: não é prática habitual que o material que já não tem utilização seja abatido ao inventário, seja retirado, eventualmente, até, vendido para sucata ou outra coisa qualquer?

Por fim, deixo duas notas.

Na visita que fizemos a Tancos, tivemos oportunidade não só de ouvir detalhadamente todas as informações que nos foram prestadas — e foram bastantes — pelos diversos responsáveis, mas também de verificar, em diversos locais, a situação atual.

Devo dizer-lhe, e peço que me desculpe por esta observação, que vi, no paiolim n.º 15, uma braçadeira plástica com um selo, um cadeado na porta e uma corrente. Vi aquilo e pensei: «Isto é de muito fácil violação! Basta um bom alicate e isto desaparece tudo num segundo.»

Assim sendo, pergunto-lhe: isto tem um sistema de videovigilância que está a funcionar, garantidamente, que está a ser controlado num centro que acompanha aquilo em permanência, 24 horas por dia, que também produz relatórios de qualquer anomalia e que reporta de imediato?

Podemos estar tranquilos que, para além daquelas medidas que foram introduzidas e que acho muito poucas, muito insuficientes, olhando àquele caso, pergunto se, associado a isso, há todo um sistema de outra natureza, um sistema em que as tecnologias pontuam e que realmente garante que a segurança será efetiva.

Para terminar mesmo, Sr. Presidente, também, vou colocar uma questão: quando o Sr. Coronel foi exonerado, e já foi aqui referido, como é que assumiu essa decisão superior do General-Chefe? O Sr. Coronel disse:

«O General-Chefe tinha todo o poder e competência para me desnomear. Quem me nomeou, desnomeou-me». Mas nós sabemos, para além dessa confiança absoluta que demonstra na hierarquia, que quem desempenha as suas funções no dia-a-dia, quem sente que as cumpre com lealdade e com rigor, que transmite as dificuldades, não pode ficar indiferente a essa situação. Foi-lhe comunicado de imediato que seria reintegrado?

O Sr. **Presidente**: — Pelo Bloco de Esquerda, tem a palavra o Sr. Deputado João Vasconcelos.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Coronel, agradecendo antecipadamente as respostas que irá dar, iria recomeçar esta segunda ronda exatamente onde terminei na primeira, embora o Sr. Deputado Telmo Correia, de um modo geral, já tenha mais ou menos colocado a questão que tem que ver com a exoneração dos comandantes no caso de Tancos, onde se incluiu o Sr. Comandante.

Referiu que recebeu muitas manifestações de apoio, portanto, concluiu-se que houve descontentamento, mal-estar no seio do Exército. Sr. Coronel, poder-se-á concluir que efetivamente o caso das exonerações e, depois, das renomeações teria sido uma espécie de cortina de fumo para sossegar o poder político e a opinião pública? Esta é uma questão.

Ainda no âmbito do furto, assistimos a mais duas demissões de tenentes-generais, comandantes do Pessoal e das Forças Terrestres. Segundo o que veio a público, o comandante do Pessoal demitiu-se por divergências inultrapassáveis. Se fosse possível, gostaria de saber qual a opinião do Sr. Coronel. Pergunto se ouviu, se sentiu os motivos destas divergências inultrapassáveis e se, efetivamente, o mal-estar no seio do Exército, quiçá também no seio das Forças Armadas, teria aumentado com estas demissões dos tenentes-generais, sobretudo, no seio destes oficiais generais.

Outra questão: sabemos que houve um jantar de homenagem ao Coronel Pipa Amorim. Gostava de saber se o Sr. Coronel sabe dos motivos desse jantar e se participou no mesmo.

Ainda outra questão, que também veio a público: soubemos que estaria a ser convocada uma manifestação de desagrado, que depois foi desconvocada, uma espécie de marcha de consciências de entrega simbólica de espadas junto à Presidência da República. Pergunto se o Sr. Coronel teve conhecimento deste movimento e se soube a que se devia este descontentamento, se seria pelo facto dos acontecimentos de Tancos, de outros acontecimentos ou, cumulativamente, de Tancos e de outros acontecimentos?

Em relação ao material de guerra depositado nos paióis, também tivemos conhecimento que parte deste material se encontrava obsoleto. Gostaria de saber se o Sr. Coronel confirma que parte deste material se encontrava, de facto, inoperacional, se eram feitos inventários regulares sobre esta situação do material ativo e do material inoperacional, se pode descrever um pouco mais sobre o potencial destrutivo e explosivo deste material, se confirma ou não que o valor daquele material furtado rondaria os 30 000 € ou se seria um valor acima ou um valor abaixo, se era o valor adequado, se era o valor certo.

E, só para terminar, Sr. Coronel, pergunto se o furto que aconteceu nos paióis teria sido feito por um grupo de amadores ou por um grupo de profissionais.

O Sr. **Presidente**: — Agora segue-se o Grupo Parlamentar do CDS-PP. Sr. Deputado Telmo Correia, faça favor.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr. Coronel, em relação ainda às perguntas que lhe fiz anteriormente e porque havia aqui uma obrigação de ronda e de acompanhamento em geral por parte do oficial à Brigada...

O Sr. Cor. Inf. **Hilário Dionísio Peixeiro**: — O oficial de dia!

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — ... o oficial de dia à Brigada, sim, na altura destes acontecimentos, do furto, pergunto-lhe se tem conhecimento e se tem opinião em relação à sua atuação.

A segunda questão, Sr. Coronel, voltando atrás, deduzo da resposta que nos deu há pouco que os paraquedistas, por princípio e por natureza, estão preparados e têm treinos. Não havia, no entanto, nenhum treino específico para esta missão em concreto de guarda aos paióis ou de simulacro. Já nos disse que não, mas, quando eu lhe perguntava dos treinos, era para saber se havia algum treino específico para esta missão em concreto. São as duas perguntas que mais diretamente lhe queria fazer.

A terceira pergunta já foi feita também, mas eu sublinho e, enfim, serei até mais detalhado do que foi o Sr. Deputado João Vasconcelos. Isto porque, de facto, quando pergunta se foi obra de amadores ou não, o Sr. Deputado e eu próprio estamos a recordar-nos do depoimento do Sr. Coronel Alves Pereira, que ouvimos ontem. Presumo que isto para si também, para o Exército, e para as Forças Armadas em geral, foi uma situação, obviamente, embaraçosa. Tal não é desejável que aconteça. Mas, na opinião dele, isto teria sido uma obra, enfim, um roubo de oportunidade, por assim dizer, feito por amadores, tanto assim que não conseguiram dar sequência àquilo que roubaram.

Penso que não tem nada a ver com o carácter obsoleto do material, e, se o tem, resta saber quem é que devia ter atuado em relação a isso e, precisamente, quem é que deveria ter diligenciado para que o material

obsoleto tivesse sido resolvido antes e tivesse tido o seu destino, fosse ele qual fosse.

Duas últimas perguntas, Sr. Coronel, a penúltima admito que seja uma pergunta que pode não ser fácil, não sei, o Sr. Coronel dirá. Obviamente, estamos a falar agora, depois do que aconteceu. Mas pergunto-lhe se, sabendo agora o que aconteceu, o Sr. Coronel teria feito algo de diferente, ou seja, se nas várias informações de serviço, se no próprio relatório...

Ou seja, se o preocupou ou não, sabendo das dificuldades, sabendo da exigência, sabendo da limitação de meios, sabendo da questão da vedação, sabendo do mato que crescia, não sei... De resto, não lhe perguntei há pouco detalhadamente, foi lapso meu, qual era exatamente a situação quando entregou, se havia mato, se estava cortado, se não estava.

Sabendo tudo isso, não pensou, depois do que aconteceu, que talvez devesse, em relação aos seus superiores, precisamente, e aos responsáveis que apontou, ter tido uma atitude mais evidente ou mais incisiva ou mais de quase reclamação, por assim dizer, e de denúncia de uma dificuldade? Isto porque o que é facto é que depois isto aconteceu, obviamente, não durante o seu turno, por assim dizer, mas acabou por acontecer.

Última pergunta, Sr. Coronel: em algum momento lhe ocorreu, ou considera ou não, que se poderia ou que se deveria mesmo ter avançado para o encerramento destes paióis, dadas as dificuldades existentes, como, de resto, acabou por acontecer? Perguntar agora sobre a situação atual em Tancos parece-me, em relação aos paióis, bastante irrelevante, uma vez que já não está lá nada! Portanto, a questão é a de saber, obviamente, se durante esse período lhe ocorreu ou não e se considera ou não que teria sido uma opção boa ter procedido a esse encerramento antes.

O Sr. **Presidente**: — Para encerrar esta segunda ronda...

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Prescindo, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Jorge Machado prescinde da intervenção nesta segunda ronda e, portanto, ela está concluída, pelo que agradeço, então, ao Sr. Coronel Dionísio Peixeiro que responda às perguntas que foram colocadas.

O Sr. Cor. Inf. **Hilário Dionísio Peixeiro**: — Muito obrigado, Srs. Deputados. Sr.^a Deputada Carla Barros, muito obrigada, também, pelas suas palavras. Estamos a falar de uma instituição que é nossa, dos portugueses, que não represento, neste momento, mas à qual pertenço e eleva-me muito ouvir palavras desse teor. Muito obrigado, Sr.^a Deputada.

É possível ocorrerem novos episódios destes? Se Deus quiser, não deixaremos, faremos todo os possíveis para que tal não aconteça. As medidas implementadas, as novas regras de atuação, armas prontas a utilizar sem carregadores selados, a própria publicitação das medidas já utilizadas, que fazem pensar duas ou três vezes possíveis perpetradores podem ajudar a que isto não aconteça. A nossa convicção, a nossa intenção é não deixar que isto aconteça, não é, sequer, dificultar, é não deixar que isto aconteça.

Que situações, fatores, poderiam ter potenciado este furto, em termos humanos, materiais? Para além daqueles que há pouco referi, por exemplo, podiam não potenciar mas dificultar um pouco a tarefa das forças que estão a exercer a segurança, e para além dos tais equipamentos de que falámos, talvez o cansaço. Mas aqui estou talvez já a entrar um bocadinho na especulação, porque os militares não eram meus e, portanto, estar a falar por eles talvez seja um bocadinho injusto, se calhar, nem merecem.

Mas de certeza que houve fatores, como a previsão do ritmo das rondas, as pessoas sem disponibilidade mais física, alguma coisa aconteceu

de certeza, Sr.^a Deputada e isso provavelmente virá à luz do dia mais tarde ou mais cedo.

Se eu tinha conhecimento de uma iminência, de uma ameaça deste tipo? Não tinha. Se acontecesse um aviso deste tipo, viria pela cadeia de comando. Quando falo na cadeia de comando, estou a referir os meus comandantes diretos. Muito provavelmente, eu e todos os outros comandantes daquela região receberíamos um alerta sério e medidas para implementar, medidas de reforço: mais gente, mais cuidado, portões fechados, fosse o que fosse, o nos daria realmente uma noção, porque normalmente um documento destes não traz três ou quatro parágrafos, traz um bom preâmbulo, explica o que está por trás destas decisões e, portanto, nós entraríamos em ação com a implementação destas medidas.

Isto chegaria à minha Brigada, que teria recebido do Comando das Forças Terrestres, que teria recebido do comando do Exército e, muito provavelmente, do Estado-Maior das Forças Armadas, mas quem muito provavelmente teria a iniciativa, com base na análise de todos os indícios de toda a espécie que existem, seria provavelmente o Serviço de Informações da República Portuguesa (SIRP) a tomar essa iniciativa, digo eu.

Saberíamos disto pelos nossos canais internos, mas não aconteceu, não tivemos qualquer noção e isto vai ajudar-me a responder já ao Sr. Deputado Telmo Correia, que me perguntou se eu soubesse que isto ia acontecer o que é que eu faria. Eu iria saber que isto ia acontecer e, portanto, se não me ordenassem a implementação de medidas ou se não me dessem mais meios, eu diria: «O que estão vocês a pensar que posso fazer assim?»

O normal é que apareça um aviso destes sério, com medidas a adotar e se nós não tivermos os meios humanos para implementar aquelas medidas, temos a obrigação de dizer: «Não tenho cá esse pessoal todo». Temos a obrigação de dizer! Não há dúvida nenhuma! Consigo aguentar-me com este esforço humano e grau de prontidão durante dois dias, três dias, mas dali

para a frente já não tenho. Portanto, a minha obrigação era dizer isso. Se eu soubesse que ia acontecer, tinham-me dito pelos canais normais, digo eu, pelos canais das informações do Estado.

Andando para trás no tempo, isso não é possível, não se consegue. Uma pessoa não vai andar para trás no tempo e dizer: «Depois de amanhã isto vai ser assaltado, vou meter ali uma força descomunal». Isso não acontece.

Penso que respondi à Sr.^a Deputada Carla Barros.

Sr.^a Deputada Maria da Luz Rosinha, o diagnóstico hoje permite concluir que está muito melhor assim. Aquele complexo de que temos estado a falar o dia todo, neste momento, quase podíamos dizer que está pronto para começar a receber novamente. Mas não está pronto, continua a precisar dos sistemas de videovigilância, continua a precisar dos tais sistemas de deteção que ainda não estão instalados, por via da decisão do comandante do Exército em desativar os paióis e transferir todo o material para outros locais.

Neste momento, para proteger um pouco o erário público, o nosso património, mantemos uma força de segurança no local só para evitar vandalismo. É só para isso, porque os edifícios continuam a lá estar, continuam a ter janelas e portas de alumínio.

A Sr.^a **Maria da Luz Rosinha** (PS): — E terão outras coisas!

O Sr. Cor. Inf. **Hilário Dionísio Peixeiro**: — E tantas outras coisas! Portanto, é só para garantir até à reinstalação dos equipamentos e à reativação ou, pura e simplesmente, até acabar, até se decidir que não há nada a fazer a isto. Então, nessa altura, teremos ordens ou para implementar tudo ou para retirar de lá o pessoal.

Como classificaria o risco hoje em Tancos? O risco hoje resume-se aos três Regimentos que estão ali e que trabalham todos os dias lá, porque

estes três Regimentos... Digo «Regimentos» de uma maneira genérica, refiro-me ao Regimento de Engenharia, ao Regimento de Paraquedistas e à Unidade de Apoio da Brigada de Reação Rápida, que está do outro lado, instalada no aeródromo, que é comandada também por um oficial e tem responsabilidades regimentais.

Estas três Unidades continuam a ter o seu armamento dentro das suas instalações, algumas munições nos seus paióis, portanto, está muito mais protegido, porque estamos a falar de uma Unidade que tem um serviço normal de guarda e de segurança com muitos meios complementares. O risco, neste momento, penso que pode ser equiparável ao grau de segurança que vigora e que temos de cumprir. Há medidas que estão estabilizadas para isso e para fazermos dessa maneira.

Em relação à questão sobre material obsoleto em paiol, penso que, há pouco, por mero lapso, não respondi. É material cuja obsolescência poderá ter a ver com o facto de ter passado de prazo, isto é, se o quisermos utilizar, não sabemos qual é o comportamento daquele material. Se for um explosivo, ou explode como queríamos ou não explode, só queima, ou então não faz nada e só passado meia hora é que... Portanto, não tem condições de segurança para ser utilizado. Mas é perigoso! Perigosíssimo.

Por isso, quando é dada a ordem para não se utilizar, retira-se da carga e vai para abate. Tem de ficar guardado à espera de que alguém, uma empresa, uma entidade com competência venha agarrar naquilo e, com segurança, colocá-lo num local seguro e destruí-lo. Por isso é que ainda há material obsoleto em paiol.

A Sr.^a **Maria da Luz Rosinha** (PS): — Já está abatido no inventário?

O Sr. Cor. Inf. **Hilário Dionísio Peixeiro**: — Não. Consta do inventário, está lá, mas tem uma observação: «Não distribuir a ninguém».

Está a aguardar provavelmente uma oportunidade neste sentido de haver uma entidade contratada pelo Exército, ou mesmo uma entidade do Exército, que tenha possibilidade para isso, para em locais designados colocar aquele material e destruí-lo.

Aquelas medidas que a Sr.^a Deputada viu, da porta com a corrente, o que vemos neste serviço, atualmente só são para garantir a integridade dos edifícios, etc.. Um dos pontos que temos de garantir é que os selos estejam todos em condições. Sabemos que não está lá nada dentro.

Sobre as normas de armazenamento, uma das condições *sine qua non* que impõem é que as portas do paiol têm de ter uma série de características, não pode ter só a corrente com o cadeado, tem de estar blindada, tem de ter ferrolhos internos, tem de ter uma maneira de abrir. Isso consta tudo em *standard*. Se alguém pensar em colocar aquele complexo em atividade, tem de fazer intervenções ao nível das portas, de certeza. Neste momento, o que lá está é só para manter a porta fechada.

Em relação à pergunta «Como senti a exoneração?», senti-a mal, mas, como disse, quando o General Chefe, que tem uma responsabilidade cuja dimensão não imagino, toma uma decisão que sabemos ter sido difícil — ele disse-nos que foi difícilimo —, tenho de me libertar dos meus valores pessoais. Nomeou-me, «desnomeou-me», estou à disposição.

Sabendo-o perfeitamente, estou de consciência tranquila. Mas a bem do bom trabalho, do bom serviço, estou convencido de que não tenha sido uma cortina de fumo para enganar o poder político. Tenho a noção de que foi o melhor que o nosso General conseguiu fazer naquele rápido tempo. Foi o que ele conseguiu fazer.

Penso que respondi a tudo, Sr.^a Deputada.

Questionou-me acerca dos motivos das demissões dos nossos generais. Nós, jovens, fizemos o percurso da academia a ver nomeadamente aqueles dois senhores já capitães e por aí fora. Eram referências, olhamos

para eles e sempre olhámos para eles como referências, como bons oficiais e, depois de bons oficiais gerais, bons comandantes. Como é que vi aquilo? Vi com tristeza. A determinada altura uma pessoa tem um pouco a tendência de pensar «o nosso General está a ir-se embora por causa de mim?». A minha tendência foi tentar dizer «se foi por minha causa, não faça isso». Mas pronto, isto são reflexões internas que vão passando.

As motivações que os nossos generais terão tido, enfim, eles sabem-nas. A nós, causou-nos tristeza e preocupação. Vamos perder dois bons generais, dois generais que temos como referência. Virão outros, obviamente, contudo, naquele momento, não era necessário. Mas respeito perfeitamente as decisões deles, eles saberão das motivações.

Sim, sentiu-se um mal-estar entre os nossos pares quando soubemos que o nosso General Menezes e o General Calçada se iam embora, mas não conseguimos fazer mais nada.

O jantar de homenagem ao Coronel Amorim está num âmbito completamente diferente, num âmbito fora, e tem a ver com o facto de ele não continuar à frente do comando do Regimento. Tenho um apreço pessoal muito grande pelo nosso Coronel, somos amigos pessoais e também senti muita solidariedade pelo facto de ele não conseguir fazer mais de um ano à frente daquele regimento de que tanto gostava. Tive muita pena.

Não fui ao jantar, mas tive oportunidade de falar com ele antes e depois, e já recentemente falámos. Ele sabe perfeitamente com o que conta da minha parte.

Em relação ao movimento das espadas, Sr. Deputado, nessa altura, estava preocupado em tentar perceber se estava a ser exonerado. À distância de ano e meio, sei perfeitamente, tenho as ideias claras, mas naquele momento havia um turbilhão muito grande de emoções e de autorreflexão: «O que é que aconteceu?», «Será que fiz tudo?», «Será que não fiz tudo?». E, na realidade, apercebi-me de que havia este movimento. Conheço muito

bem o impulsionador, sei como é a pessoa, ele também sabe com o que pode contar da minha parte, mas em relação às motivações, penso que aquilo que ele disse na televisão, aquilo que ouvi, serão as motivações dele.

Portanto, depois, que adesão é que teve... Sinceramente, estava concentrado em família, em manter estabilidade, em perceber se a minha cadeia de comando continuava a acreditar em mim, portanto, honestamente não liguei muito. Fiz o possível para me distrair daquele ambiente para não me baralhar.

Perguntou-me se confirmo que havia material obsoleto. Só posso dizer o que lemos no relatório do Ministério da Defesa. Realmente havia e teria havido os tais relatórios do Regimento de Comandos, do Centro de Tropas Comandos, tinha havido problemas com os lança-granada-foguete, com o LAW (*light anti-tank weapon*), pediam para ser reavaliado e, depois, terá havido uma ordem da Direção do Serviço de Material para retirar aquilo do uso porque não era seguro e não atingia os objetivos. Só por aí é que posso dizer que sim, que realmente havia material que não garantia condições de segurança.

Em relação aos inventários de atualização, sim, as unidades que têm os seus paióis com o seu material armazenado atualizam os seus inventários. A minha unidade, que tem a cargo o emprego operacional, o treino operacional e a formação, consome mais volume de munições. Temos obrigação de manter o inventário atualizado para quando pedirmos superiormente a reposição de volume ou de números termos a certeza do que estamos a dizer, para o canal logístico não dizer «tens isso aí, por que é que me estás a pedir?». Isso sim.

O Depósito-Geral, a UAGME, por força de razão, muito mais, porque tem muito mais «clientes». Todos os regimentos e unidades do País lhe fazem requisições, portanto, não têm outra maneira senão a de ter aquilo atualizado.

Em relação ao poder destrutivo daquele material, Sr. Deputado, de certeza que é destrutivo. De certeza! Usado de uma maneira ou usado de outra maneira... Pode depender de contra quem é utilizado. Se for contra pessoas, tem consequências gravíssimas. Se for contra uma parede, por falta de arte ou por pouca capacidade explosiva, se calhar não conseguem, mas é um poder destrutivo que não se pode menosprezar.

Em termos de valor patrimonial, não consigo dizer se é muito, se é pouco. A única coisa que posso dizer para dar um pouco de ajuda é o seguinte: tenho a noção de que qualquer equipamento que as Forças Armadas comprem ou que o Exército compre é vendido por um valor. Imaginemos, se compraram capacetes de combate nos anos 70, o preço que se pagou nos anos 70 por este material é o preço que fica registado na folha onde ele está inventariado e não tem atualizações ao longo dos anos. Se em 1980 se comprar o mesmo número de capacetes exatamente iguais, de certeza que o valor patrimonial não é o mesmo do que nos anos 70. Se hoje em dia formos ver qual é o valor patrimonial daqueles capacetes que estão ali, se calhar chegamos a uns valores ridículos. Não tem nada a ver.

Penso que isto se poderá aplicar também a este material. Será o registo da folha que diz o preço que custou não sei quando, que depois não é atualizado porque não temos como atualizar aquilo. Esse é o preço patrimonial, o que lá está. Quanto é que ele vale no mercado? Enfim, não consigo ter noção nenhuma, não sei o que são 30 000 € em termos deste material.

Quanto à classificação que o nosso Coronel deu, deixo-lhe a ele os comentários. Eu só não gostei que fizessem aquilo, aliás, nenhum de nós, no Exército, gostou de ser alvo... Houve desconforto geral. Neste momento, estamos com serenidade e com espírito de colaboração para ajudar a esclarecer todas as dúvidas. Não me atrevo a classificar, de uma maneira ou de outra, as pessoas que fizeram isto.

Sr. Deputado, penso que lhe terei respondido.

Sr. Deputado Telmo Correia, não sei quem era o oficial de dia, naquele dia, não era da minha Unidade, mas, mesmo que fosse da minha Unidade, de certeza que não iria conseguir lembrar-me da pessoa, mas poderia ir ao registo e ver quem estava. Do comando da Brigada, não sei mesmo.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — A outra pergunta era sobre os treinos específicos.

O Sr. Cor. Inf. **Hilário Dionísio Peixeiro**: — Ah! Era sobre isso que eu ia falar, exatamente — a segurança aos paióis.

O objetivo que nós queremos atingir é que aquilo não seja violado e, para isso, há uma operação muito facilmente treinável, que é a defesa de pontos sensíveis. Portanto, as Unidades de infantaria e paraquedista têm, na sua formação e na sua génese, também, este bloco. Estão treinados para defenderem pontos sensíveis. Um ponto sensível é um ponto que, pelas suas características ou por aquilo que lá tem, não pode ser ocupado nem controlado por ninguém — pode ser uma antena, pode ser um paiol, pode ser um campo militar inteiro, pode ser a residência oficial de um político.

Esta é, digamos, a operação que aplicamos, porque sabemos fazê-la, depois temos é de a adaptar ao terreno, ao que temos realmente de proteger.

Não me atrevo a classificar a ideia do bando de amadores de maneira nenhuma e fico à espera que saia qualquer coisa da justiça para sabermos, depois, o que aconteceu e como.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — É especulativo!

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Esperemos que não seja «qualquer coisa»!

O Sr. Cor. Inf. **Hilário Dionísio Peixeiro**: — Pois!

Poderia ter sido uma opção encerrar os paióis. A noção que tivemos, quando começámos a ouvir que a intenção do General-Chefe poderia passar pelo encerramento daquele paiol, foi um pouco, por um lado, pensar «Tirem aquele material dali, porque realmente não há condições». Mas, por outro lado, pensámos «Construiu-se um complexo, na data em que foi construído, com dimensões, com *standards* do mais moderno que havia e agora vamos desistir disto». Foi um pouco este o misto de emoções que sentimos.

Eu gostaria de ver aquele complexo ser reativado e reutilizado, mas é uma opinião minha. É um pouco como dizer: «Muito bem, aproveitem o que está ali». Os senhores viram, na semana passada, depois de desmatado, depois de...

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — A pergunta não é essa! É se, antes do furto, foi considerado...

O Sr. Cor. Inf. **Hilário Dionísio Peixeiro**: — Não, só ouvi falar da possibilidade de evacuar todo o material que estava ali, já depois do furto ter acontecido.

Mas, na minha atuação, na altura, não me passou pela cabeça propor isso, porque era uma instalação que podia ser aproveitada e porque nós tínhamos a sensação de que era difícil entrar lá. Como comandante, se eu lá quisesse ir, no dia anterior tinha de começar a tratar dos papéis, das credenciações, das autorizações para poder entrar, por isso não podia apenas decidir que ia até lá. A sentinela, mesmo que fosse da minha Unidade, iria dizer-me: «Sr. Comandante, desculpe, mas não o posso deixar. O senhor sabe que não pode».

Nunca me passou pela cabeça dizer: «Acabem com isto, que não vale a pena!». Não, aquilo vale a pena! Têm é de pôr os equipamentos complementares que ajudem a força que lá está a manter a segurança e tudo o resto, têm de reparar os equipamentos que permitam às pessoas estarem cómodas nos períodos de descanso.

Sr. Presidente, penso que acabei e que respondi a todas as perguntas.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Coronel Dionísio Peixeiro. Cumpre-me, em nome da comissão, agradecer a sua presença.

Gostaria de recordar às Sr.^{as} e Srs. Deputados que está agendada para terça-feira, às 17 horas e 30 minutos, a próxima audição, que será com o Sr. Coronel de Engenharia João Manuel Pires.

Com esta informação, dou por terminada esta reunião.

Muito obrigado.

Eram 19 horas e 45 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.